

O interior que pode decidir a eleição em Goiás

Pequenos municípios podem somar os votos que definem as últimas cadeiras da Alego e da Câmara Federal em uma disputa marcada pelo quociente eleitoral e pela força das alianças locais.

Página 7

Programas não acompanham evolução da criminalidade

Crimes organizado e cibernético pedem nova abordagem de segurança pública, que não é contemplada pelos candidatos ao cargo de governador de Goiás.

Páginas 8 e 9

Ídolo completa 400 jogos com a camisa esmeraldina

Na partida contra o São Bernardo, o goleiro Tadeu completou a marca de 400 jogos defendendo as cores do Goiás.

Página 16

TRIBUNA DO PLANALTO



Ano 40 • Nº 1.860 • R\$ 2
Goiânia, de 30 de agosto a 05 de setembro de 2026

40 ANOS
Informação
que conecta
gerações

Entrevista

Rafael Lara
Presidente da OAB-GO

OAB-GO alerta para deepfakes e extremismo nas eleições de 2026

Presidente da OAB-GO, Rafael Lara afirma que a entidade manterá independência política nas eleições e destaca os desafios impostos pela desinformação, inteligência artificial, combate ao crime organizado e morosidade da Justiça.

Páginas 4 a 6



Eleições 2026

Daniel Vilela chega a 45% e amplia vantagem na disputa pelo governo

Pesquisas Real Time Big Data e Quaest mostram governador consolidado na liderança; emedebista vence adversários nas simulações de segundo turno com até 38 pontos de frente.

Página 12



Obras

Prefeitura de Goiânia avança na canalização do Córrego Cascavel

Intervenção contempla 1,2 quilômetro de canalização entre as avenidas Castelo Branco e Padre Wendel.

Página 13

Campanha

Quaest revela o calcanhar de Aquiles de Daniel, Marconi e Wilder

Pesquisa mostra Daniel na liderança, mas ainda dependente da transferência de força de Caiado; Marconi enfrenta rejeição entre eleitores que já o conhecem, enquanto Wilder precisa superar o desconhecimento.

Página 11

Gracinha e Mendanha

A guerra dentro da base

Disputa entre antigos aliados expõe fissuras no grupo governista e mostra que algumas das batalhas mais duras de 2026 serão travadas entre políticos que estão do mesmo lado.

Página 10

Foto: SME



ESCOLA

Goiás recupera aprendizagem após pandemia, mas desafio agora é chegar a quem ficou para trás

Ideb 2025 mostra avanço no ensino fundamental e estabilidade no ensino médio; especialistas defendem olhar além da média para medir se a recomposição está funcionando.

Páginas 14 e 15

Editorial

Educação não pode deixar ninguém para trás

Os resultados da educação em Goiás depois da pandemia trazem uma notícia que merece ser reconhecida: a aprendizagem está em trajetória de recuperação. O avanço do Ideb e da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática mostra que as redes de ensino conseguiram recompor parte do terreno perdido nos anos mais críticos da crise sanitária. Mas os mesmos números impõem uma cautela: melhorar a média não significa, necessariamente, recuperar todos os estudantes.

Esse é o ponto que precisa orientar a política educacional daqui para a frente. A pandemia não atingiu todos da mesma maneira. As desigualdades sociais e econômicas, somadas às diferenças territoriais e às condições particulares de cada aluno, fizeram com que alguns conseguissem retomar o ritmo de aprendizagem mais rapidamente, enquanto outros permaneceram com lacunas que podem comprometer toda a trajetória escolar.

Por isso, a educação pública não pode se contentar com a fotografia oferecida pelos indicadores. O Ideb é importante para avaliar o desempenho das redes, mas uma média pode esconder estudantes que continuam muito abaixo do nível esperado. Identificar esses alunos e assegurar-lhes atenção pedagógica deve ser uma prioridade. Quem ficou mais para trás precisa receber mais apoio, e não apenas a mesma política destinada ao conjunto da rede.

Goiás já dispõe de instrumentos para enfrentar esse desafio. A política estadual de recomposição das aprendizagens prevê avaliação, acompanhamento, formação e intervenção. O Pacto Nacional pela Recomposição também estabelece uma estrutura que articula currículo, avaliação, ações pedagógicas, formação e materiais. O desafio, agora, é fazer com que essa estrutura produza resultados concretos dentro da sala de aula.

A recuperação dos indicadores é um avanço. Mas o verdadeiro sucesso da educação será medido pela capacidade de alcançar justamente aqueles que não aparecem com destaque nas médias. Recompôr aprendizagens não é simplesmente retornar ao patamar anterior à pandemia. É impedir que as perdas provocadas por ela se convertam em desigualdades permanentes. Goiás avançou. Agora precisa garantir que ninguém fique para trás.

Artigo

Cuidar da cidade é assumir o nosso lugar nela

A humanidade avançou, mas passou a consumir como se os recursos naturais fossem inesgotáveis. Retiramos mais da natureza, produzimos mais resíduos e, muitas vezes, apenas transferimos o problema para longe dos nossos olhos. O resultado está nos rios degradados, na perda de biodiversidade, nas mudanças climáticas e nas temperaturas extremas. Diante disso, que relação estamos construindo com o planeta e com o futuro que queremos?

O que consumimos não desaparece quando sai da nossa frente só. Um resíduo retirado da porta de casa e jogado na rua de baixo não deixa de existir. Apenas muda de lugar. É nesse ponto que a consciência ambiental se encontra com a responsabilidade pública e individual.

A Prefeitura tem o dever de cuidar da cidade, e Goiânia vem avançando na recuperação da zeladoria, com a reestruturação da Comurg, a atuação da Limpa Gyn e uma gestão mais eficiente dos serviços. Mas uma cidade bem cuidada é muito mais do que uma cidade limpa: é uma cidade com espaços públicos preservados, mais segurança e qualidade de vida.

Nenhuma gestão conseguirá manter uma cidade limpa sozinha. Podemos limpar uma praça hoje e encontrá-la degradada amanhã. Podemos retirar um ponto de descarte irregular e vê-lo ressurgir poucos dias depois. Isso mostra que zeladoria também é educação, comportamento e cidadania.

O poder público deve fazer a sua parte e deve ser cobrado por isso. Mas a população também precisa reconhecer suas responsabilidades. Cidadania não é apenas reivindicar direitos; é também compreender os deveres que tornam possível a vida em sociedade.

Quando entendemos que a cidade também é nossa, passamos a cuidar dela de outra maneira. O espaço público deixa de ser apenas um lugar que alguém precisa limpar e passa a ser parte da nossa própria vida.

A Goiânia que queremos para as próximas gerações será construída não apenas pelos grandes projetos ou pelas decisões tomadas nos gabinetes, mas também pelas escolhas que fazemos todos os dias.

Depende de uma gestão pública que cumpra seu dever e de cidadãos que exerçam seus direitos, mas também assumam suas responsabilidades. Porque uma cidade limpa, sustentável e humana não é aquela em que alguém está sempre disponível para limpar depois de nós.

É aquela em que cada um entende que também tem o dever de cuidar. Goiânia é de todos nós. E o futuro que queremos para ela começa naquilo que cada um decide fazer hoje.



Coronel Cláudia Silva Lira,
vice-prefeita de Goiânia

Artigo

A crise da escuta em ano eleitoral

Estar informado é essencial. Entender o que acontece em nosso país, na política e no mundo nos ajuda a compreender melhor a realidade em que vivemos, avaliar os acontecimentos com mais clareza e tomar decisões mais conscientes, especialmente na escolha de bons representantes.

Por isso, as notícias falsas, que apresentam conteúdos imprecisos e informações enganosas como se fossem verdadeiras, acabam sendo um desserviço, pois conduzem as pessoas pelo caminho da desinformação e do erro.

No fim, vivemos em uma democracia repleta de opiniões, mas, muitas vezes, desprovida de critérios e fundamentos para separar as notícias falsas das verdadeiras. Como nem todos os meios de comunicação são fidedignos, a

crítica acaba surgindo antes da reflexão.

O avanço da inteligência artificial torna esse cenário ainda mais preocupante. Dados do 1º Panorama da Desinformação no Brasil, elaborado pelo Observatório Lupa, mostram que os conteúdos falsos ou deepfakes produzidos com o auxílio de IA passaram de 39 casos identificados em 2024 para 159 em 2025, um crescimento de 308%. Em 2025, esses conteúdos já representavam cerca de 25% das verificações realizadas. Além disso, quase 45% apresentavam viés ideológico e mais de 75% exploravam a imagem ou a voz de pessoas conhecidas, principalmente figuras políticas. A desinformação também passou a circular de maneira mais dispersa entre diferentes plataformas digitais, ampliando o desafio de identificar o que é

verdadeiro em meio ao enorme volume de informações.

Na Grécia Antiga, existia a Ágora, principal espaço de Atenas, que funcionava como mercado e local de reuniões públicas. Esse lugar era o centro da vida democrática, onde aconteciam eleições, discussões e assembleias. Falar e ser ouvido, opinar e ser compreendido eram ações indispensáveis nesse ambiente, realidade que também vivenciamos em nossos dias.

Em nossa Ágora virtual, marcada por muitas falas, pouca escuta e escassa reflexão, onde as fake news ganham espaço, é indispensável desenvolver critérios para que as notícias falsas não se destaquem e a mentira possa ser reconhecida e invalidada. Com o avanço da inteligência artificial, esse cuidado precisa ser ainda maior, já que imagens, áudios e vídeos

manipulados podem conferir aparência de realidade a acontecimentos e declarações que nunca existiram.

Essa preocupação se torna ainda mais necessária em ano eleitoral, quando, muitas vezes, notícias falsas são usadas para deslegitimar candidatos e comprometer suas candidaturas. Partir da verdade e da coerência, seguindo pelo caminho correto, precisa ser uma prioridade.

É por meio do diálogo, da discordância respeitosa e da apresentação de outros pontos de vista que uma ideia vai sendo construída. Na política brasileira, essa prática também é muito necessária. Diante dos inúmeros problemas que o nosso país precisa enfrentar, como as desigualdades, os desafios ambientais, entre tantos outros temas, o diálogo construtivo torna-se indispensável.

Em um mundo marcado por certezas e polarizações, dialogar é indispensável para

que a verdade tenha voz e faça diferença. Em ano eleitoral, ouvir, refletir, pesquisar e verificar as fontes tornam-se atitudes necessárias para não sermos conduzidos pelo engano. Diante de tecnologias capazes de tornar a mentira cada vez mais convincente, a qualidade da democracia dependerá também de nossa capacidade de não apenas falar, mas de escutar com atenção, questionar com responsabilidade e buscar os fatos antes de formar e compartilhar opiniões.



Guilherme Augusto, mestre e especialista em Filosofia, além de Professor regente mestre da área de Geociências, vinculado à Escola Superior de Educação, Humanidades e Línguas (ESEHL) do Centro Universitário Internacional Uninter.



Tribuna Política

Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com

Conta cheia

Goiás tinha 894 candidaturas registradas na base estadual consultada. Só para deputado federal, eram 260 nomes até o fechamento desta edição na sexta-feira (28). O número ajuda a explicar por que as campanhas majoritárias terão dificuldade para controlar as dobradinhas. Cada candidato proporcional fará sua própria conta de sobrevivência, mesmo quando o partido manda seguir outro palanque.

20 na mira

O Ministério Público Eleitoral contestou 20 registros de candidatura em Goiás nas eleições deste ano. O balanço parcial nacional chegou a 974 impugnações. Os casos envolvem, de forma geral, suspeitas de inelegibilidade, condenações, contas rejeitadas, falta de filiação e ausência de desincompatibilização. Agora, a palavra final será da Justiça Eleitoral.

Peneira aberta

A fase de impugnações é o primeiro filtro real depois das convenções. Partido costuma tratar registro como etapa burocrática, mas é nesse momento que candidatura com problema antigo vira dor de cabeça nova. Em Goiás, os 20 casos contestados pelo MP Eleitoral ainda precisam ser individualizados nos processos, mas já mostram que a campanha também corre no tribunal.

Senado no cartório

Na disputa ao Senado por Goiás, Gracinha Caiado, Isaura Lemos, Cíntia Dias e Gustavo Mendanha já aparecem com registro deferido na lista extraída do DivulgaCand. Outros nomes da disputa, como Gustavo Gayer, Vanderlan Cardoso, Zacharias Calil, Oséias Varão, Ernesto Roller, Iure de Castro e Guilherme Darques, ainda constavam como aguardando julgamento na mesma base.

PT com baixas

Na lista de candidatos a deputado estadual, Ariel Luz Mota Portela Rodrigues, do PT, aparece com situação de renúncia. O partido tenta sustentar palanque para Lula em Goiás, candidatura ao governo com Luis César Bueno e nominata proporcional competitiva.



A campanha entra na TV

A campanha eleitoral em Goiás entrou, a partir desta sexta-feira (28), na fase em que o eleitor menos interessado começa a perceber que a eleição chegou. Bandeira na rua, carreatas e rede social falam com quem já está minimamente conectado. Rádio e televisão ainda têm outra função: alcançam o eleitor que não acorda pensando em política.

O cientista político Guilherme Carvalho resume bem o ponto. A propaganda eleitoral perdeu o peso quase absoluto que tinha antes das redes sociais, mas não virou peça decorativa. Ela continua importante, sobretudo fora dos grandes centros urbanos, onde o digital não chega com a mesma força, a mesma frequência ou a mesma capacidade de segmentação.

É aí que o horário eleitoral ainda pesa. Não necessariamente para convencer o eleitor ideológico, militante ou já fechado com um candidato. Esse eleitor já foi capturado por grupo de WhatsApp, algoritmo, bolha religiosa, sindical, empresarial ou partidária. A TV fala mais com quem ainda está solto. Com quem sabe que terá de votar, mas ainda não gastou tempo para organizar a própria decisão.

Guilherme chama isso de “atalho informacional”. O eleitor não acompanha convenção, ata, nominata, federação, tempo de TV e cálculo de coligação. Muitas vezes, só começa a ordenar nomes quando a campanha aparece de forma incontornável. O horário eleitoral ajuda a dizer quem é quem, quem está com quem e qual imagem cada candidatura quer fixar.

Daniel Vilela entra nessa fase com a maior vantagem material. Terá quase metade do tempo no programa de governador. Isso permite repetir mensagem, corrigir ruído, mostrar obras, associar-se a Ronaldo Caiado e tentar construir a própria assinatura em cima da continuidade. Para quem lidera, tempo de TV serve menos para ousar e mais para reduzir risco.

Marconi Perillo tem outro problema. É conhecido demais para precisar ser apresentado e rejeitado demais para falar apenas aos convertidos. Sua campanha precisa usar o pouco tempo para tentar transformar memória em futuro. O mote “Goiás Pode Muito Mais” só funciona se o eleitor enxergar comparação útil, não apenas saudade de governo antigo.

Não por acaso, Guilherme avalia que Marconi é quem mais precisa do horário eleitoral. O tucano tem recall, mas tem pouco espaço para errar. Se usar a televisão apenas para atacar Daniel, pode falar para quem já o acompanha. Se conseguir condensar legado, crítica e proposta, talvez encontre algum eleitor que ainda não entrou na campanha.

Wilder Moraes terá de resolver outro desafio. O PL tem presença digital, bolsonarismo e Gustavo Gayer como ativo de mobilização. Mas campanha de governo exige mais do que barulho em rede social. A TV pode ser a chance de apresentar Wilder para além da imagem de empresário, senador e candidato de Bolsonaro.

O problema é que o tempo é curto e a mensagem ainda parece em construção. Wilder precisa dizer por que quer governar Goiás, não apenas quem são seus adversários. Sem isso, corre o risco de falar muito para a própria bolha e pouco para o eleitor que liga a televisão para descobrir o que está em jogo.

Luis Cesar Bueno, por sua vez, entra na TV com uma contradição. Terá o segundo maior tempo entre os candidatos ao governo, mas começa a campanha estadual atrasado. Sua propaganda precisará fazer apresentação pessoal, defesa do legado petista, conexão com Lula e enfrentamento ao antipetismo acumulado em Goiás. É tarefa demais para uma campanha curta.

A estratégia é assumida pela própria campanha. Marqueteiro de Luis Cesar, o jornalista Cláudio Curado diz que os três primeiros programas já estão prontos e terão dois objetivos centrais: apresentar o candidato petista e vinculá-lo diretamente ao presidente Lula.

“O Luis já foi deputado, mas ficou alguns anos fora do meio e é desconhecido, segundo as nossas pesquisas, por grande parte da população. Então precisa reapresentar ele e ligar ele ao presidente Lula”, afirma Curado. Segundo ele, a campanha também pretende mostrar obras e ações do governo federal em Goiás para defender “os benefícios de Goiás ter um governador do PT com o presidente do PT”.

A fala explícita o tamanho do desafio. Luís César não pode desperdiçar o tempo de televisão apenas com discurso partidário. Precisa usar Lula como ponte, mas também mostrar por que ele próprio é o nome capaz de representar essa ponte em Goiás. A televisão não faz mais milagre. Mas ainda organiza a disputa para muita gente. Em uma eleição de 45 dias, isso não é pouco.

A partir de agora, cada candidato tentará fabricar uma imagem mais simples de si mesmo. Daniel, o governador da continuidade com inovação. Marconi, o ex-governador do legado. Wilder, o empresário da direita. Luis Cesar, o candidato de Lula. A campanha sai do bastidor e entra na sala do eleitor. Quem não conseguir ser entendido rápido pode não ter tempo para explicar de novo.

Chapa sob risco

A ex-vereadora por Goiânia Tatiana Lemos teve a candidatura impugnada pela Justiça Eleitoral. Ela é candidata a deputada federal e integra uma chapa que tem Aava Santiago como uma das principais apostas para a Câmara. Qualquer baixa relevante pode mexer no cálculo da nominata.

Prazo apertado

A impugnação se baseia em uma condenação eleitoral de 2018. A Procuradoria sustenta que Tatiana ficaria inelegível até 7 de outubro de 2026. Como a eleição será no dia 4, ela ainda estaria inelegível na data da votação.

Defesa confia

Advogado da candidata, o eleitoralista Bruno Pena contesta a tese. Ele afirma que mudança na Lei Complementar 64 passou a permitir candidatura quando a elegibilidade é recuperada antes da diplomação, mesmo depois da eleição.

Aava no cálculo

O caso é acompanhado de perto por aliados de Aava Santiago. A ex-vereadora aposta em votação ampliada para chegar à Câmara dos Deputados, depois de ter o mandato cassado em Goiânia. No PSB, a avaliação é que Aava está tranquila. Aliados dizem que há alternativas para evitar que eventual problema jurídico envolvendo Tatiana imploda a chapa proporcional.

Aposentado, mas nem tanto

O ex-deputado federal Jovair Arantes (PSDB) diz a este colunista que não pretende disputar eleição, mas evita o rótulo de aposentado político. O político afirmou que “da política você não se afasta nunca”. A urna pode ter ficado para trás. O bastidor, não.

O elogio do outro lado

Jovair Arantes elogiou a gestão Sandro Mabel e deu nota entre 7 e 8 ao prefeito de Goiânia. Disse ainda que, se avançar em áreas como saúde, trânsito e creches, Mabel pode entrar na disputa pelo posto de “melhor prefeito da história” da capital.

Entrevista

Rafael Lara

Presidente da OAB-GO

"Um dos maiores desafios das eleições será combater as deepfakes"

Presidente da OAB-GO afirma que a entidade manterá independência política nas eleições e destaca os desafios impostos pela desinformação, inteligência artificial, combate ao crime organizado e morosidade da Justiça

À frente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (OAB-GO), Rafael Lara chega ao período eleitoral de 2026 defendendo uma atuação independente da entidade e distante da polarização política. Em entrevista, ele afirma que a Ordem deve receber candidatos e discutir temas de interesse da advocacia e da sociedade, mas sem interferir no processo eleitoral. O presidente da OAB-GO também alerta para o impacto das deepfakes e da desinformação produzida com inteligência artificial sobre as eleições, defende o respeito às garantias constitucionais no combate ao crime organizado e afirma que a dignidade da pessoa humana não pode ser abandonada. Na entrevista, Lara fala ainda sobre o uso da inteligência artificial por advogados e pelo Judiciário, a proteção do sigilo profissional, o excesso de bacharéis no mercado, a necessidade de modernização das relações de trabalho, o fim da escala 6x1 e aponta, em uma resposta direta, qual considera ser o principal problema do sistema de Justiça brasileiro: a morosidade.

» Andréia Bahia

A OAB Nacional afirma que será equidistante da disputa entre direita e esquerda nas eleições de 2026. Qual independência será colocada em prática pela OAB em Goiás?

Da mesma forma que sempre foi: a OAB em Goiás não se envolve com política de forma alguma. Ela tem posição democrática, recebe eventuais candidatos, inclusive para tratar temas da advocacia e voltados para os interesses da classe e trata todos de maneira igual. Tanto é que, ainda em março deste ano, fizemos uma resolução da OAB Goiás determinando que todos aqueles que fossem pré-candidatos renunciassem ou se licenciassem de seus cargos na Ordem.

Quais são esses temas que a OAB pode tratar com candidatos e que são de interesse da Ordem?

Os temas de interesse da advocacia são muito os temas da sociedade como um todo, mas a gente foca bastante naqueles que são ligados ao

exercício direto da profissão, como prerrogativas profissionais, acesso a processos, acesso às informações, pagamentos de RPV (Requisições de Pequeno Valor), pagamentos de precatório, advocacia dativa, todos esses temas que fazem parte de um dia a dia do advogado para representar a sociedade.

No caso dos temas de interesse da sociedade, quais seriam os que preocupam a advocacia nesse momento?

Na verdade não se trata de preocupar. Trata-se de a gente continuar fazendo o que a Ordem dos Advogados do Brasil já vem fazendo, que é acompanhando sempre que existe uma denúncia, sempre que existe algo relacionado a, por exemplo, pessoas em situação de rua ou qualquer outra infração aos direitos humanos, a OAB verifica e notifica imediatamente autoridades e pede a apuração pelo Ministério Público, delegacias e assim por diante.

Quais são hoje, na sua avaliação, as principais ameaças à democracia brasileira? A desinformação, o extremismo, o enfraquecimento das instituições, considerando

que historicamente a OAB exerce esse papel de defesa da democracia?

A OAB é, historicamente, sempre uma defensora do Estado Democrático de Direito, uma



defensora da democracia. Continua acompanhando, como em todas as eleições, esses temas com muita atenção. Hoje, talvez, um dos maiores desafios do processo eleitoral são justamente as deepfakes e as informações falsas que são colocadas e que são levadas para enganar a população, com utilização de inteligência artificial para criar factóides, criar vídeos, criar vozes, criar imagens que na verdade não existem. Essa é uma preocupação muito importante. E também, como não podia deixar de ser, o próprio dualismo político exacerbado, que seria exatamente o extremismo que eventualmente acaba se percebendo de ambos os lados do processo democrático, causam sempre necessidade de um alerta maior.

A OAB pode atuar em relação a essas questões que estão presentes nas eleições de 2026?

A OAB já atuou em todas as últimas eleições e continuará atuando nesta com observatório, com avaliação, com fiscalização daquilo que chega a ela por meio de denúncias, suas comissões especiais voltadas para o processo eleitoral para que a gente possa colaborar com as autoridades públicas eventualmente necessárias com o processo democrático.

A OAB pode atuar para garantir a igualdade de condições entre candidatos com estruturas diferentes de comunicação e financiamento? Ela tem essa prerrogativa?

Não é papel da Ordem, é papel da advocacia atuar nesse sentido. A Ordem não pode se envolver no processo político democrático, não pode, de forma alguma, tomar qualquer tipo de iniciativa que possa eventualmente alterar o pleito eleitoral. As regras eleitorais estão postas, devem ser cumpridas e cabe eventualmente, se for o caso, àqueles que têm interesse de debater isso, por meio de seus advogados regularmente constituídos - e aos advogados a Ordem sempre dá todo o amparo necessário - eventuais medidas judiciais, se for o caso.

No momento, o Tribunal de Contas e a Justiça Eleitoral vêm discutindo questões relacionadas à inelegibilidade de candidatos. O senhor acredita que as regras atuais dão segurança jurídica suficiente para as eleições de 2026?

A gente acredita sempre no Estado Democrático de Direito, nos tribunais, nas regras e normas eleitorais e a Ordem sempre pugna pela boa aplicação da lei pela jus-

tiça. Quando isso não é o caso, a gente, se for necessário, vem a se manifestar. Só que esse acompanhamento judicial, ele é feito pelos advogados, pela advocacia regularmente contratada.

A OAB Nacional defendeu no STF um combate firme ao crime organizado, mas com respeito às garantias constitucionais. Como encontrar equilíbrio nessa prática?

Acredito que a gente tem dado um bom exemplo aqui em Goiás de combate ao crime organizado, tanto é que o estado é reconhecido como um dos estados mais seguros do país. É claro que eventuais excessos surgindo naquelas situações pontuais, as autoridades públicas devem agir imediatamente.

Quando o senhor fala em eventuais excessos, o senhor se refere à ação policial?

Qualquer tipo de denúncia que eventualmente chegue. Eu não estou me referindo a nenhuma, já que a gen-

tos fundamentais de pessoas que não têm relação com organizações criminosas?

Toda legislação que busca trazer mais segurança, qualquer que ela seja, sempre tem o risco de seu desvio de finalidade. Quando, por exemplo, o Código Penal tem a mais antiga de suas normas, que é não matar, e traz a pena de matar alguém, e a pena em número de anos que aquela pessoa responde por isso, a própria lei já excetua situações em que aquilo poderia acontecer, como por exemplo, uma legítima defesa. Esses desvios, eventuais excessos, são apurados pelo Poder Judiciário. Isso existe desde sempre em todo o sistema Legislativo e vai continuar sendo assim.

As grandes ações para combater o crime organizado sempre restringiram direitos constitucionais das pessoas. É a única forma de se combater uma organização criminosa?

Acho que respeitar a dignidade da pessoa humana e respeitar a proteção do homem enquanto ser que fun-

A OAB defende que as prerrogativas da advocacia não são um privilégio, mas instrumentos de defesa do cidadão. Em que situações a atuação da OAB em defesa das prerrogativas pode ser confundida como a defesa corporativa da própria advocacia?

Eu não vejo em nenhuma situação em que se fala de defesa corporativa do ponto de vista maléfico dessa expressão. A advocacia sempre está atuando em nome da sociedade. Quando um advogado vai a uma audiência e busca o respeito, o acesso e todos os seus direitos para o exercício, por exemplo, ele não está ali em nome próprio, ele está ali em nome da sociedade. Quando o advogado comparece a uma repartição pública, da mesma forma. Talvez a única e específica situação de respeito às prerrogativas da advocacia que nós temos é verdadeiramente ligada aos contratos de honorários da advocacia, que é uma das grandes bandeiras de obediência de cumprimento, que

Esse é um tema que divide a própria advocacia. Enquanto alguns colegas advogados preferem realizar essas tratativas por meio presencial, outros tantos buscam e preferem realizar por meio de videoconferência. É um tema em que a gente está vivendo, inclusive, uma mudança cultural e mudança de paradigma absolutamente dividido e que, respeitando aquilo que o advogado pleiteia, é o que a Ordem busca; se o advogado quer que seja presencial, que seja presencial; se o advogado quer que seja online, que seja online.

A OAB Nacional decidiu adotar medidas judiciais contra empresas de inteligência artificial que pratiquem atos exclusivos da advocacia. Qual é exatamente a linha que separa uma ferramenta de IA de uma empresa que está exercendo ilegalmente a advocacia?

A supervisão de um advogado é o grande ponto de inflexão. Uma inteligência artificial não pode ser utilizada sem a supervisão de um advogado, que é essencial na administração da Justiça e tem essa exclusividade na atuação.

Que tarefas atualmente realizadas por advogados o senhor acredita que serão mais impactadas pela inteligência artificial?

Não apenas por advogados, mas por toda a sociedade. Tarefas que eventualmente são de pesquisa, tarefas que são repetitivas do ponto de vista de conteúdo que você já tem, elas receberão da inteligência artificial um facilitador e uma redução da necessidade de investimento de tempo nessas tarefas para que a advocacia possa investir o seu tempo em outras atividades também ligadas à advocacia.

Um advogado que utiliza inteligência artificial para elaborar uma peça precisa informar isso ao cliente ou ao Judiciário?

Não necessariamente. Não há necessidade nem do Judiciário nem do advogado hoje informar que está usando inteligência artificial. Esse tema tem sido estudado e avaliado pelo Conselho Federal e eu acredito que muito em breve nós teremos um provimento que regule isso.

Como proteger o sigilo profissional quando um advogado utiliza plataformas de IA que podem processar dados de clientes, processos e documentos confidenciais?

Com normas de LGPD, de ciência contratu-



Um dos maiores desafios do processo eleitoral é justamente as deepfakes e as informações falsas, mas o próprio dualismo político exacerbado acaba causando a necessidade de um alerta maior.

te está falando em tese, mas aquelas eventuais notícias que chegam. Por exemplo, quando um eventual policial exagerar em sua conduta, a gente imediatamente pede a apuração da corregedoria, afastamento daquele policial, medidas correcionais necessárias e até judiciais, como ao longo dos últimos anos a Ordem tem feito.

Em Goiás, os policiais não usam câmeras corporais. A Ordem é favorável a esse instrumento ou não tem posicionamento em relação a isso?

Essa posição nunca chegou no Conselho Seccional da Ordem para que a Ordem pudesse ter uma posição a respeito disso, e acho que cabe ao Poder Legislativo tratar o tema junto com o Poder Executivo da melhor forma.

A nova Lei Antifacção endureceu as medidas contra organizações criminosas. Há risco de que medidas necessárias para combater o crime acabem atingindo direi-

damenta a existência de leis é fundamental. Jamais devemos abrir mão da dignidade da pessoa humana.

Dignidade da pessoa é o que está previsto na Constituição e pode, em alguns momentos, ser restringida para combater, por exemplo, o crime organizado, que está se expandindo no Brasil?

São coisas diferentes e que cabe ao Judiciário verificar dentro do caso concreto se há ali, eventualmente, combate ao crime ou se há ali, eventualmente, uma ofensa à dignidade da pessoa humana. Por exemplo, se num eventual conflito entre a autoridade policial e um ambiente em que supostamente existe o crime organizado e pessoas vêm a óbito, caberá ao Poder Judiciário verificar se houve ali um excesso que fere a dignidade da pessoa humana ou se aquilo aconteceu dentro do que diz a lei. Nós não podemos jamais fazer um tipo de avaliação sem olhar para o caso concreto.

independente de serem da advocacia, são preservados pelo direito contratual em geral.

O debate sobre gravação de conversas entre advogados e clientes ganhou espaço no STF. Até onde o Estado pode avançar na investigação sem comprometer o direito de defesa?

A Ordem dos Advogados do Brasil tem uma posição muito firme e contrária à oitiva generalizada dos advogados e das pessoas que estão reclusas no sistema prisional. É um combate histórico que a gente faz e entendemos que isso invade não apenas as prerrogativas da advocacia, mas fere um direito fundamental e constitucional do cidadão de falar em reserva com seu advogado.

Outro ponto discutido é a realização de audiências de custódia por videoconferência. A tecnologia pode substituir a presença física do preso diante do juiz?

al da utilização, tanto eventualmente nos contratos de honorários quanto nos contratos das plataformas que absorvem e guardam essas informações.

O Judiciário também está adotando IA para analisar processos e produzir decisões. Como garantir que algoritmos não reproduzam preconceitos ou erros presentes nos dados utilizados para treiná-los?

Isso talvez seja o maior desafio hoje da utilização de inteligência artificial. Todos os órgãos e organismos nacionais e até internacionais têm se debruçado sobre isso. O CNJ, a OAB Nacional, o Conselho

Nacional do Ministério Público, todos têm refletido sobre as normas e as regras de utilização. O melhor combate a esse tipo de questão é a transparência das informações, do código-fonte, daquilo que alimenta a inteligência artificial. Quanto mais transparência, mais chance nós temos de evitar esses problemas.

O senhor acha que a advocacia deveria participar da criação e fiscalização dos sistemas de IA utilizados pelo Judiciário?

Não tenho a menor dúvida. Carece de maior participação da advocacia justamente para garantir essa transparência que acabei de dizer, e é essencial que a advocacia esteja verdadeiramente inserida nesse processo.

A quantidade de novos advogados no mercado cresce continuamente. Existe espaço para todos? E como a OAB pretende preparar os profissionais para um mercado cada vez mais competitivo e tecnológico?

O mercado tem sido e se apresenta não apenas da advocacia, mas de toda a sociedade, cada vez mais competitivo e tecnológico. Nós temos um excesso de número de faculdades de Direito e profissionais que são bacharéis em Direito que chegam todos os dias ao mercado. Isso é um desafio que vem acontecendo já há alguns anos e que a Ordem trata esse tema por meio da qualificação profissional pela sua Escola Superior de Advocacia, o incentivo ao empreendedorismo e, aqui em Goiás, nós temos iniciativas muito interessantes, como incu-

badora de novos escritórios e um outro sistema que será lançado agora no segundo semestre, que é a Escola de Negócios, ambos em parceria com o Sebrae, e trazer a todo momento, como a gente faz, a conscientização de toda a sociedade da necessidade de se contratar um advogado.

As pessoas procuram a OAB quando precisam de assistência jurídica?

Isso acontece de forma bastante rara e é mais comum nas cidades do interior, especialmente nas pequenas cidades do interior, porque nessas cidades, em muitas delas, é, sim, papel da OAB quando a pessoa cumpre os requisitos e não tem condição de pagar um advogado, fazer a indicação de um advogado dativo para aquela pessoa que eventualmente atende aquele advogado.

Hoje qual é a principal bandeira de sua gestão?

Nós temos como principal bandeira, em primeiro lugar, a defesa das prerrogativas e valorização dos honorários advocatícios, incentivo ao empreendedorismo e a inclusão de tecnologia voltada para a inteligência artificial.

Ao final da sua gestão, qual transformação o senhor gostaria que ficasse como principal legado da OAB Goiás?

A gente tem trabalhado para que a advocacia goiana seja unida, incluída tecnologicamente e tenha honorários e prerrogativas respeitadas.

Se pudesse apontar um problema do sistema de Justiça brasileiro que precisa ser enfrentado imediatamente, qual seria?

Morosidade.

E qual o maior desafio para a advocacia brasileira nos próximos dez anos? A tecnologia, a transformação do mercado, a crise de confiança nas instituições ou a mudança de relação entre cidadão e Justiça?

O maior desafio da advocacia nos próximos dez anos é o que vai acontecer não apenas com a advocacia, mas com toda a sociedade, com o avanço tecnológico da inteligência generativa que tem acontecido. A gente está vivendo um momento de transformação verdadeira de toda a forma como a gente se relaciona com conteúdos e conhecimentos. E a advocacia, aprender com isso, se adaptar para isso será o maior desafio dela.

O senhor sempre atuou na área trabalhista. Qual a sua opinião sobre o projeto do fim da escala 6x1, que está colocado em pauta no Senado Federal?

Eu tenho visão, do ponto de vista trabalhista, que temos em alguns aspectos ele ser positivo e em outros negativo, mas o que a gente precisa, na verdade, é um debate muito maior do que isso. Falar em escala 6x1 é apenas uma forma de mudar um assunto que precisa ser enfrentado. Nós precisamos de uma legislação trabalhista que respeite as diferenças entre as diferentes categorias e as diferentes profissões. Nós precisamos de relações trabalhistas que enxerguem hoje um novo mundo, novas tecnologias, novas formas de se vincular ao trabalho, e não que haja uma uniformização do cortador de cana ao intelectual de tecnologia da informação que mora no exterior com a mesma legislação.

O senhor acha que esse projeto tem cunho eleitoreiro ou ele traz benefícios reais para o trabalhador?

Independente de benefícios, e é claro que todo trabalhador que busca eventualmente estar mais tempo com a sua família tem um benefício, o problema é o que isso causa economicamente. Mas como toda grande transformação acontecida em período eleitoral, ele tem cunho eleitoral, não tenho a menor dúvida, só que o debate é necessário.



Toda grande transformação acontecida em período eleitoral tem cunho eleitoral, e falar em escala 6x1 é apenas uma forma de mudar um assunto que precisa ser enfrentado.

Eleições 2026

Os votos do interior que podem decidir as cadeiras de Goiás

Disputa por 58 vagas legislativas combina força partidária, quociente eleitoral e batalhas municipais capazes de definir quem chegará à Alego e à Câmara Federal

» Carlos Nathan Sampaio

A eleição proporcional de 2026 colocará Goiás diante de uma disputa numerosa e menos simples do que a comparação direta entre candidatos. Os pedidos de registro divulgados, ainda sujeitos a julgamentos e substituições, reúnem 590 nomes para 41 cadeiras na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) e 260 concorrentes às 17 vagas do estado na Câmara dos Deputados. A relação é de 14 candidatos por posto estadual e 15 por cadeira federal. Nesse cenário, municípios pequenos, nos quais algumas centenas de votos parecem pouco diante do eleitorado estadual, podem decidir a diferença entre eleição, suplência e derrota.

Não existe, porém, um número individual fixo que assegure mandato. Como referência histórica, a votação dos eleitos por Goiás em 2022 indica média aproximada de 103,6 mil votos para deputado federal. O resultado variou de 254.653, obtidos por Silvyne Alves (União Brasil), a 51.346, recebidos por Lêda Borges (Republicanos). Entre os deputados estaduais, a média ficou perto de 32,9 mil votos; as votações dos eleitos oscilaram de 73.692, de Bruno Peixoto (União Brasil), a 17.484, de Cristóvão Tormin (PRD). Os números resultam de cálculo feito sobre as listas de eleitos divulgadas na apuração de 2022 (federais e estaduais).

Deste modo, uma cidade pequena consegue, sim, eleger um deputado estadual, mas sozinha dificilmente eleger um federal. Essas médias ajudam a dimensionar a campanha, mas não funcionam como nota de corte. Um candidato com 90 mil votos pode



Do lado esquerdo o plenário da Câmara Federal e, do direito, o plenário da Alego

ficar fora, enquanto outro com votação menor pode entrar, porque deputados são escolhidos pelo sistema proporcional. Primeiro, contam-se os votos nominais e os votos de legenda recebidos por cada partido ou federação; depois, define-se quantas cadeiras cada grupo conquistou. Somente então as vagas são preenchidas pelos candidatos mais votados dentro de cada lista, observadas as exigências legais.

O quociente eleitoral é a peça central dessa conta. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, ele corresponde à divisão dos votos válidos dados ao cargo pelo número de vagas em disputa. Em uma referência aproximada baseada no volume de votos de 2022, cada cadeira federal exigiu do partido ou federação algo em torno de 202 mil votos; para a Alego, o patamar ficou na casa de 84 mil. Não se trata da quantidade que cada candidato precisa alcançar, mas da força coletiva necessária para a legenda obter representação pela divisão inicial.

O quociente partidário, por sua vez, divide a

votação do partido ou federação pelo quociente eleitoral e aponta o número inicial de vagas conquistadas. Há ainda a distribuição das sobras, feita por médias conforme as regras vigentes. Para ocupar diretamente uma cadeira obtida pelo quociente partidário, o candidato também precisa atingir votação nominal mínima equivalente a 10% do quociente eleitoral. Em valores apenas ilustrativos com base em 2022, seriam cerca de 20 mil votos para federal e 8 mil para estadual. Porém, alcançar esse mínimo, sozinho, não garante eleição.

É justamente por isso que os pequenos municípios adquirem peso estratégico. A eleição ocorre em todo o estado, e votos colhidos em cidades diferentes entram na mesma soma. Se uma candidatura obtiver 300 votos em 20 municípios, acrescentará 6 mil ao resultado; 500 votos em 30 cidades representam 15 mil. Para a disputa estadual, esses volumes podem separar um eleito de um suplente. Para a federal, podem melhorar a posição interna do candidato e ajudar seu partido a conquistar ou preservar uma cadeira.

Os votos também podem alterar a última casa decimal das médias usadas na distribuição das sobras. Assim, uma cidade pequena dificilmente elegerá sozinha um deputado, mas um conjunto de bases locais pode decidir o destino de uma chapa. Prefeitos, vereadores, ex-prefeitos,

lideranças comunitárias e representantes de setores econômicos tornam-se importantes para transformar relações municipais em votação. Essa capilaridade costuma favorecer quem já possui mandato, estrutura política e presença acumulada em diferentes regiões.

A vantagem dos atuais deputados aparece no tamanho do bloco que tentará permanecer no Legislativo. Dos 41 integrantes da Alego, ao menos 28 pretendem disputar a reeleição, o equivalente a 68% da Casa. Outros cinco — Bruno Peixoto, Lucas do Vale, Lucas Calil, Dra. Zeli e Ricardo Quirino — planejam concorrer à Câmara Federal. Ao todo, 33 parlamentares estaduais devem voltar às urnas em busca de mandato legislativo. Eles partem com visibilidade, atuação parlamentar, equipes e redes de apoio que os novatos ainda precisam construir.

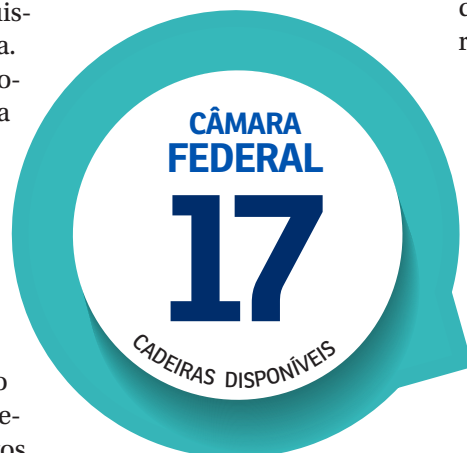
A palavra “novato”, contudo, exige ressalva. Parte dos candidatos que tenta trocar a composição da Alego já ocupou prefeituras, secretarias, câmaras municipais ou

até mandato estadual. Em Aparecida de Goiânia, Isaac Martins, Willian Panda, Vanilson Bueno, Felipe Mabel e Danilo Rios disputam espaço em um eleitorado grande, mas fragmentado. Isaac, por exemplo, obteve 13.726 votos para deputado estadual em 2022 e ficou na suplência. A multiplicação de candidaturas identificadas com a cidade pode impedir a concentração necessária e beneficiar nomes de fora com votação estadualizada.

Em Rio Verde, Paulo do Vale tenta converter a experiência de dois mandatos como prefeito em uma cadeira estadual, enquanto o filho, Lucas do Vale, busca uma vaga federal. Lissauer Vieira, ex-presidente da Alego, tenta retornar à Casa, e a vereadora Nayara Barcelos se apresenta como opção de renovação. No Entorno do Distrito Federal, Ramos Somar, vice-prefeito de Formosa, e Pábio Mossoró, ex-prefeito de Valparaíso, apostam na demanda por maior representação regional.

O embate, portanto, não será simplesmente entre experiência e novidade. Será uma disputa entre redes já espalhadas pelo estado e candidaturas que procuram transformar identidade municipal em voto concentrado. Aparecida, Anápolis, Rio Verde e o Entorno oferecem grandes reservas eleitorais, mas cidades menores podem fornecer os votos marginais que completam a conta. A seleção dos partidos também será decisiva: entrar em uma chapa forte aumenta a possibilidade de vagas, mas coloca o candidato diante de concorrentes internos mais competitivos.

O quociente definitivo de 2026 só será conhecido após a apuração dos votos válidos, pois depende da participação do eleitorado e da exclusão de votos brancos e nulos. Até lá, médias passadas servem como parâmetro, não promessa. Na urna, o voto é dado a um nome ou legenda; na totalização, ele participa de uma engenharia coletiva. É nessa combinação que poucos milhares — e às vezes poucas centenas — podem mudar quem representará Goiás em Goiânia e Brasília.



Planos não acompanham

evolução da criminalidade, aponta pesquisador

Crime organizado se sofisticou e exige polícia altamente especializada; direitos humanos são esquecidos por candidatos em Goiás

» Carla Borges

A evolução do crime organizado, que sofisticou sua atuação, vinculando-a ao mercado e a atividades empresariais robustas, e as incontáveis e crescentes possibilidades de crimes cibernéticos demandam uma nova abordagem de segurança pública, que não é mencionada ou não é suficientemente contemplada pelos candidatos ao cargo de governador de Goiás em suas propostas entregues à Justiça Eleitoral no ato de registro das candidaturas. A análise é do sociólogo Djaci David de Oliveira, professor, pesquisador e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Criminalidade e Violência (Necrivi), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Ele analisou as propostas dos seis candidatos a governador de Goiás (veja nesta página as principais).

Nesta edição, a Tribuna do Planalto dá continuidade à série iniciada na semana passada, com análises sobre as promessas dos candidatos para as áreas apontadas como prioridade pela população. Segurança pública foi o segundo tema mais citado como preocu-

pação pelos goianos, conforme aferiu pesquisa Genial Quaest divulgada nesta quinta-feira (27). O primeiro, apontado na rodada anterior e repetido nesta, foi saúde, assunto analisado na edição passada.

Planos em números

Djaci fez as contas e observa que praticamente todos os postulantes falam em segurança, “uns mais, outros menos, mas ele está presente em todos/as”. Ele mostra que Danilo Pinheiro (PCO) fala da segurança nas mãos das pessoas (armar a sociedade). No plano de Luciana Amorim (UP), o termo aparece 3 vezes, sendo duas focadas em política de segurança pública. Na proposta de Wilder Moraes, o termo segurança aparece 59 vezes; na de Daniel Vilela, 64 vezes; na de Marconi Perillo, 107; já no programa de Luis Cesar Bueno, o termo aparece 116 vezes.

Para o pesquisador, não surpreende que a segurança pública figure entre as principais preocupações dos goianos. “O tema da segurança, ao contrário do que imaginam, sempre foi candente. Em épocas passadas, sempre se teve a preocupação com gangues, salteadores. Mas a lógica do crime mudou e de-

manda uma polícia totalmente diferente”, pontua, apontando as modalidades cibernéticas como as mais desafiadoras, que avançam muito rapidamente e demandam uma polícia muito mais especializada em tecnologia, dados, inteligência artificial e temas afins, que se atualizam com muita agilidade. “São crimes muito complexos e um soldado armado não tem muito valor nesse contexto”, avalia Djaci, que analisou os planos de governo de todos os candidatos para a Tribuna.

Ele destaca que, à medida que a sociedade vai se estruturando, ela também vai criando demandas sobre o sistema de segurança e mais questionamentos, “uma vez que se comprometeu a fazer algo que não está fazendo – por exemplo, assegurar a proteção das mulheres”. Ele também cita que há situações novas: a presença de um crime organizado com estrutura nacional, relação com grandes empresas e até mesmo ramificações internacionais, os crimes digitais e os cibercrimes, o crescimento da violência contra grupos socialmente segregados (mulheres, negros, indígenas, Comunidade LGBTQIUA+, PSR, outros), além do crescimento da violência institucional.

Para Djaci, os candidatos que apontam mais na direção dessa atualização de estratégias para a segurança são Luis Cesar Bueno (PT) e Marconi Perillo (PSDB). Já Wilder Moraes (PL) aborda esse aspecto, mas sem destaque. “O plano do Daniel (Vilela, MDB) é o do Caiado (PSD, ex-governador e candidato a presidente da República). É preciso que ele tenha o seu plano, como governador e candidato à reeleição”, diz. “O que a polícia precisa enfrentar são hackers operando redes de informática, é preciso buscar rastros”, ressalta, acrescentando que é real a sensação de vulnerabilidade que assola toda a sociedade. “Estamos mesmo vulneráveis e expostos. Antes, havia um crime armado, que agora atua de outras formas e adoece as pessoas”, aponta.

“Mais armas!”

Chamou a atenção de Djaci a proposta do candidato Danilo Pinheiro, ao sugerir a criação de estruturas de auto-defesa. “Isso implica necessariamente em ampliar a distribuição de armas, o que já existe no Estado de Goiás. Para quem não sabe, Goiás é um dos Esta-

dos com altos índices de armas em mãos de civis”, relata. “Outra sugestão do candidato é acabar com a polícia. Concretamente essa é uma proposta infactível. Não teriam jamais apoio para realizar, mesmo que ganhassem as eleições. Logo a proposta é inócua”.

Outro aspecto é a proposta de continuidade da política em vigor, herdada do governo Ronaldo Caiado, que é repetida não só por seu sucessor, Daniel Vilela, como era de esperar, mas por outros. O próprio Wilder Moraes abre sua proposta protocolada no TSE falando em manter a atual estrutura da segurança pública como está. Depois, propõe avanços. “Isso é um problema porque, na verdade, a situação da segurança não é boa, como se propaga”, analisa Djaci, propondo que basta andar pela cidade de Goiânia para ver que até os prédios das instituições de segurança têm artefatos que indicam o medo de criminosos, como cercas elétricas, câmeras de segurança, muros altos. “Que lugar seguro é esse?”, questiona o pesquisador.



Segurança em foco

Veja as principais propostas dos candidatos a governador para a área de segurança pública



Daniel Vilela (MDB)

- ✔ Expansão da IA contra o crime, com expansão do monitoramento com inteligência artificial
- ✔ Implantar o SIM-Mulher para oferecer proteção, acolhimento e autonomia para mulheres vítimas de violência e investir em prevenção
- ✔ Implementar a Política Estadual de Segurança no Trânsito por meio de ações integradas
- ✔ Capilarização da segurança pública, com ampliação da estrutura operacional das forças de segurança



Danilo Pinheiro (PCO)

- ✔ Dissolução da polícia militar e de todo o aparato repressivo
- ✔ Direito de autodefesa dos trabalhadores da cidade e do campo
- ✔ Formar comitês de autodefesa dos trabalhadores da cidade, do campo e das comunidades de índios



Luciana Amorim (UP)

- ✔ Defesa do uso de câmeras nas fardas e desmilitarização da PM
- ✔ Interromper processo de militarização das Guardas Civis Metropolitanas
- ✔ Melhoria das condições carcerárias



Luis Cesar Bueno (PT)

- ✔ Reduzir a violência letal e consolidar a trajetória de queda dos homicídios com indicadores e metas
- ✔ Acelerar a execução do Plano Estadual de Combate à Violência



Marconi Perillo (PSDB)

- ✔ Fortalecer a inteligência e a integração no combate ao crime organizado
- ✔ Modernizar e fortalecer a Polícia Civil e a Polícia Científica para melhorar a capacidade investigativa e de produção de provas
- ✔ Ampliar a proteção diante das violências e das novas formas de crime com prevenção e integração
- ✔ Valorizar e proteger os profissionais da segurança pública



Wilder Moraes (PL)

- ✔ Preservar a integração das forças, a inteligência e o controle dos presídios, com metas por território e auditoria para impedir subnotificação
- ✔ Organizar o Goiás sem Golpe Digital, com uma porta clara, acompanhamento do encaminhamento e publicação de tempo de triagem, perícia, investigação e valores bloqueados ou recuperados
- ✔ Ampliar as equipes especializadas de combate à violência contra a mulher, facções, roubo de carga, crime no campo e delitos ambientais
- ✔ Valorizar os profissionais da segurança, com concursos, prêmios e ações de prevenção ao adoecimento

Eleições 2026

Ausência de menção a direitos humanos chama a atenção em propostas

Senso comum associa conceito à defesa de criminosos, mas ele trata de direitos associados ao estado de bem-estar social, como saúde, educação e segurança

» Carla Borges

O que mais chamou a atenção do coordenador do Necrivi da UFG, Djaci David de Oliveira, foi o fato de nenhum candidato falar claramente em defesa dos direitos humanos. “Todos/as falam em garantir direitos, ora civis, ora individuais, ora sociais ou culturais, mas se esquivam de falar em direitos humanos e isso é muito emblemático”, avalia Djaci. Em sua opinião, isso pode ser em decorrência do senso comum a respeito do assunto, que associa a defesa de direitos humanos à proteção de pessoas que cometeram crimes, quan-

do, na verdade, o conceito é muito mais amplo e engloba... o direito à segurança.

“Para quem não sabe, os direitos humanos sempre foram um grande referente do chamado estado de bem-estar-social (garantia de acesso à saúde, educação, trabalho, aposentadoria, segurança, liberdade etc)”, esclarece, acrescentando que algumas nações garantiam uns e não outros desses direitos. “No entanto, desde 1992, com a Convenção de Viena, se configurou que os direitos são indivisíveis, não se poderia falar em garantir uns, e não se comprometer com todos”, explica, concluindo que defender os direitos humanos em Goiás significa

dizer que serão garantidos os direitos básicos.

“Isso quer dizer acesso à saúde, educação, trabalho, moradia, mas também o direito à vida, a um julgamento justo. Logo, terá que confrontar os modelos de segurança, isto é, a violência policial”, reitera Djaci. Em sua avaliação, ao ignorar a pauta de direitos humanos, os candidatos estão dizendo que não vão se comprometer com as necessidades básicas que as pessoas têm.

Câmeras corporais

O assunto tem relação com o uso de câmeras corporais por policiais. “Goiás é um dos estados com os maiores

índices de violência policial e não se quer resolver ou enfrentar o problema”, opina Djaci, citando os casos bem-sucedidos de uso de câmeras por policiais dos estados de São Paulo e Santa Catarina. Ele observa que a câmera corporal é uma peça técnica importante, cuja utilização produz resultado de duplo sentido: protege o policial e comprova o crime que é alvo de investigação.

A adoção de câmeras nas fardas está na proposta da Luciana Amorim (UP) e de Luis Cesar Bueno (PT), que fala em um processo gradativo, com avaliações como condição para sua continuidade. Já Wilder Moraes (PL), Marconi Perillo (PSDB) e Daniel Vilela (MDB), são omissos nesse ponto. “Ou seja, a polícia continuará tal como está”.

Modelo de segurança mais complexo

Pensar um modelo de segurança pública mais complexo é outro desafio apontado por Djaci. Neste sentido, o candidato do PT apresenta um plano elaborado, pensando nas demandas regionais. “Todos sabem que o problema da segurança está em todo estado, mas algumas áreas há uma concentração mais elevada de tensões e problemas, por exemplo, a Região do Entorno de Brasília”.

Luis Cesar Bueno e Wilder Moraes são os únicos candidatos que falam e percebem os problemas do Entorno do Distrito Federal. Marconi e Daniel se referem a ele apenas uma única vez. No entanto, o Entorno figura como uma das regiões mais violentas do Estado de Goiás.



CADASTRO CERTO.

É a Prefeitura de Goiânia atualizando a cidade.

Nos próximos dias, você poderá receber uma carta da Prefeitura de Goiânia. Fique tranquilo: **esse comunicado é oficial, não tem custo e tem o objetivo de manter seus dados cadastrais em dia**, contribuindo para um planejamento mais eficiente dos serviços públicos.

1.

Acesse o QR Code da carta

2.

Confira as informações

3.

Atualize o seu cadastro ou solicite revisão online



DÚVIDAS?
Acesse o QR Code e saiba mais.



PREFEITURA
GOIÂNIA
GESTÃO QUE RESOLVE



Eleições 2026

A guerra dos aliados

Atritos na base governista e no PL mostram que algumas das disputas mais duras da campanha começaram entre quem estava do mesmo lado

» Domingos Ketelbey

“Cada vez que eu chego na carreata tem um meme, tem uma notícia contra mim. Ele me afronta todo dia.” A ex-primeira-dama Gracinha Caiado deixou de lado o protocolo na última quinta-feira (27) e apontou para dentro da própria base. O alvo não era Gustavo Gayer, do PL, nem qualquer outro adversário externo. Era Gustavo Mendanha, ex-prefeito de Aparecida de Goiânia e candidato ao Senado pelo mesmo grupo que sustenta a reeleição do governador Daniel Vilela.

Horas depois, Mendanha respondeu. Disse ter sido pego de surpresa, negou trabalhar contra Gracinha e avaliou que a aliada havia “caído numa casca de banana”. Fez questão de reafirmar apoio à candidatura dela, a Daniel e ao projeto liderado por Ronaldo Caiado.

A tentativa de baixar a temperatura não mudou o significado do episódio. Gracinha e Mendanha chegaram à eleição do mesmo lado, mas disputam uma das duas vagas disponíveis ao Senado. A condição de aliados para o governo não elimina o fato de que, para sobreviverem na maioria, também precisam derrotar um ao outro. E eles não foram os únicos.

No mesmo dia, o senador Wilder Moraes chamou de “traidor” o prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa, ambos do PL, depois que o prefeito declarou apoio a Daniel. A direção estadual da legenda abriu processo disciplinar contra Márcio, que reagiu acusando Wilder de estar “batendo com a mão de terceiros”.

Poucos dias antes, o deputado federal Zacharias Calil e seu então primeiro suplente ao Senado, Thalles Jayme, haviam transformado uma divergência interna numa sequência pública de versões e acusações. “Zacharias não vai me tratar como moleque”, disparou Thalles antes de formalizar a saída da chapa. Em poucos dias, “afronta”, “traição” e “moleque” entraram no vocabulário de uma campanha que mal começou.

Os conflitos têm origens diferentes. Gracinha e Mendanha disputam votos dentro da mesma coalizão.



Wilder e Márcio brigam sobre fidelidade partidária. Zacharias e Thalles romperam em meio às negociações da primeira suplência. As primeiras guerras da campanha começaram dentro de casa

Quatro aliados para duas vagas

O conflito entre Gracinha e Mendanha era, em alguma medida, um risco anunciado. A base de Daniel chegou à eleição com quatro candidatos ao Senado: Gracinha, Mendanha, Vanderlan Cardoso e Zacharias. São quatro projetos para duas cadeiras e, em muitos municípios, todos disputam os mesmos prefeitos, vereadores e lideranças.

A pesquisa Quaest divulgada na quinta-feira ajuda a dimensionar o problema. Na combinação das duas escolhas, Gracinha aparece com 21%. Gustavo Gayer tem 12%, seguido por Vanderlan e Zacharias, ambos com 9%. Mendanha marca 6%. A fotografia não define a eleição, mas mostra uma assimetria: Gracinha conseguiu se descolar dos outros candidatos governistas. Os demais ainda precisam disputar espaço entre si e com nomes de fora da base. A matemática do Senado torna inevitável alguma competição interna.

Um prefeito pode pedir votos para Gracinha e Vanderlan. Outro, para Gracinha e Mendanha. Um terceiro pode escolher Zacharias como segunda opção. Há ainda quem entregue um dos votos a candidatos da oposição. A mesma base que soma quatro nomes para ampliar capilaridade precisa administrar o fato de que cada dobradinha deixa dois aliados de fora. É nesse ambiente que a acusação feita

por Gracinha ganha outra dimensão.

Quando diz que Mendanha é afrontoso, a ex-primeira-dama reage não apenas a um desconforto pessoal. Reage dentro de uma disputa em que ambos dependem do mesmo universo de apoios.

Mendanha também conhece o risco. Com 6% na Quaest, não tem interesse em transformar a líder da corrida numa adversária frontal. Precisa crescer dentro da base sem ser politicamente expulso dela. A linha é estreita.

O PL e o preço da fidelidade

No PL, a crise é de outra natureza. Márcio Corrêa foi eleito prefeito de Anápolis pela legenda e continua filiado ao partido. Para governador, entretanto, declarou apoio a Daniel, adversário de Wilder, presidente estadual do PL e candidato ao Palácio das Esmeraldas.

O desconforto saiu dos bastidores. A Executiva Estadual decidiu receber uma representação ético-disciplinar contra o prefeito e encaminhar o caso ao Conselho de Ética. A manifestação de apoio a Daniel está no centro do processo.

Márcio reagiu atribuindo a ofensiva ao próprio Wilder. Disse que o senador estaria “batendo com a mão de terceiros”. Wilder respondeu aumentando o tom. Chamou Márcio de “traidor” e afirmou que o prefeito havia rompido um compromisso não apenas com o partido, mas também com Jair Bolsonaro. A disputa expõe mais um dos inúmeros problemas e rachas que o PL viveu ao longo dos últimos meses.

Trata-se de uma disputa de quem tem o controle

do PL e do bolsonarismo goiano. Wilder precisa demonstrar que controla a legenda e que a candidatura própria ao governo será respeitada pelos filiados. Aceitar sem reação que o prefeito da segunda maior cidade de Goiás caminhe com Daniel poderia produzir uma imagem de fragilidade. Márcio, por outro lado, nunca escondeu a relação política com o governador e não parece disposto a sacrificá-la apenas pela decisão formal do partido. O PL tenta cobrar disciplina de um dos prefeitos mais importantes que possui justamente quando precisa ampliar sua presença municipal. Nesse conflito, os dois têm algo a perder.

A guerra dentro da própria chapa

Zacharias Calil descobriu que nem mesmo uma chapa ao Senado está protegida de turbulências. Thalles Jayme havia sido apresentado como primeiro suplente. A composição não resistiu ao primeiro mês de campanha.

Zacharias anunciou que o aliado deixaria a vaga e inicialmente tratou a mudança como uma decisão construída em conjunto. Thalles contestou. Disse que não havia renunciado, afirmou que soube da substituição depois de uma divergência sobre financiamento de campanha e revelou ter recebido uma carta de renúncia que não havia assinado.

A discussão ganhou tom pessoal. “Zacharias não vai me tratar como moleque”, disse Thalles durante o impasse. Depois de dias de versões conflitantes, formalizou a renúncia. O médico Leonardo Reis, ex-presidente do Cremeço, assumiu a primeira su-

plência. Administrativamente, a crise terminou. Politicamente, deixou marcas. A primeira suplência pode significar oito anos de mandato caso o titular se afaste, assuma outro cargo ou deixe definitivamente o Senado. Não é uma posição meramente decorativa. Envolve confiança, estrutura, partido e projeto de poder.

A campanha depois da fotografia

Os três episódios possuem gravidades diferentes e não permitem falar em desmoronamento de alianças. Gracinha e Mendanha continuam com Daniel. Márcio permanece no PL enquanto o processo tramita. Zacharias recompôs a chapa.

Mas as crises revelam uma mudança típica do momento eleitoral. Durante a pré-campanha, quase tudo pode ser acomodado sob expressões como unidade, construção coletiva e projeto de grupo. Depois das convenções, entram na equação voto, dinheiro, estrutura, espaço e sobrevivência política. É quando o aliado descobre que também pode ser concorrente.

O problema é mais evidente em grandes coalizões, mas não se limita a elas. A base de Daniel precisa administrar quatro candidatos ao Senado. O PL enfrenta uma rebelião justamente na prefeitura de Anápolis. Uma candidatura majoritária viu titular e suplente romperem publicamente poucos dias depois da largada. As alianças também não obedecem perfeitamente às estruturas partidárias.

Márcio é do PL e vota em Daniel. Gracinha e Mendanha apoiam o mesmo governador e disputam o mesmo Senado. Thalles estava dentro da chapa de Zacharias até deixar de estar. A fotografia das convenções sugeria grupos organizados.

A campanha começa a mostrar suas costuras. Na última semana, algumas das declarações mais duras não foram dirigidas aos adversários tradicionais. Vieram de pessoas que, até pouco tempo atrás, apareciam lado a lado. Gracinha falou em afronta. Wilder, em traição. Thalles avisou que não seria tratado como moleque. A eleição ainda tem adversários suficientes do lado de fora. Para alguns candidatos, porém, a primeira guerra começou dentro de casa.

Eleições 2026

Quaest expõe os pontos de pressão de Daniel, Marconi e Wilder

Pesquisa revela que líder ainda precisa converter força do grupo em voto próprio, tucano enfrenta resistência de eleitor que já o conhece e candidato do PL esbarra no desconhecimento

» Lucas de Godoi

A primeira Quaest da campanha em Goiás deixa claro que Daniel Vilela (MDB), Marconi Perillo (PSDB) e Wilder Moraes (PL) chegam à disputa carregando fragilidades muito diferentes. Daniel lidera, mas ainda depende de transformar em voto próprio a força política acumulada pelo grupo de Ronaldo Caiado; Marconi tenta fazer a memória de suas gestões pesar mais do que a resistência já consolidada em parte do eleitorado; e Wilder precisa vencer uma etapa anterior às demais, porque mais da metade dos goianos ainda diz não conhecê-lo.

Esse desenho explica por que as campanhas tendem a adotar estratégias distintas nas próximas semanas. Daniel aparece com 37% das intenções de voto, contra 20% de Marconi e 12% de Wilder, enquanto a gestão de Caiado é aprovada por 64%, e 69% dos entrevistados consideram que ele merece eleger um sucessor. A distância entre esses indicadores mostra que existe um eleitor que avalia positivamente o atual ciclo político, mas ainda não necessariamente escolheu o candidato governista.

Para Daniel, transformar esse ambiente em voto exige mais do que reforçar a associação com Caiado. A pesquisa aponta que 36% querem manter o trabalho realizado,



mas um grupo ainda maior, de 38%, prefere continuidade com mudanças nos pontos que não estão bons. Como apenas 24% defendem mudança completa, o desafio do emedebista passa por apresentar identidade própria e capacidade de corrigir rumos sem perder o eleitor que reconhece resultados no atual modelo.

No caso de Marconi, o problema está menos em alcançar o eleitor e mais em convencê-lo a rever uma opinião já formada. O tucano é conhecido por 87% dos entrevistados, mas 49% afirmam conhecê-lo e não votar nele.

Sua campanha tem buscado recuperar obras, programas e entregas das quatro gestões que comandou, numa tentativa de recolocar sua experiência administrativa na comparação com o presente.

A estratégia encontra, entretanto, uma dificuldade inerente à própria trajetória do ex-governador: o passado que oferece um acervo para ser apresentado também é aquele sobre o qual o eleitor já construiu avaliações



positivas e negativas. Marconi precisa, portanto, fazer da memória um instrumento de reconsideração, e não simplesmente de reconhecimento.

Para Wilder, os números apontam um problema anterior. Apesar de sena-

dor e candidato do PL, 56% dos entrevistados dizem não conhecê-lo, ao mesmo tempo em que 37% afirmam preferir um governador aliado de Flávio Bolsonaro. A diferença entre esse contingente e os 12% registrados pelo candidato indica um espaço político que ain-

car percepções consolidadas, Wilder ainda tem parcela significativa da própria imagem a construir.

Com 42% dos entrevistados admitindo que podem mudar de voto e 74% sem citar espontaneamente



nenhum candidato, a Quaest retrata uma eleição na qual as posições atuais ainda convivem com considerável margem de movimentação. Mais do que perseguir o adversário imediatamente à frente, cada campanha terá de resolver a própria fragilidade para conseguir ampliar seu eleitorado.

A pesquisa ouviu 804 eleitores entre os dias 23 e 26 de agosto, tem margem de erro de três pontos percentuais e nível de confiança de 95%. O levantamento está registrado no TSE sob o número GO-06186/2026.

da não foi convertido em voto. A tarefa do PL passa primeiro por tornar Wilder mais conhecido e definir sua imagem para um eleitorado que demonstra afinidade com seu campo político, mas ainda não o associa necessariamente à escolha para o governo. Diferentemente de Marconi, que precisa modifi-

Eleitor que quer ajustes vira principal faixa de disputa

A parcela de 38% dos goianos que deseja a continuidade do atual modelo, mas com mudanças naquilo que não está funcionando, forma o maior grupo isolado identificado pela Quaest e abre uma faixa de disputa que não pertence automaticamente nem ao governo nem à oposição. Esse contingente supera os 36% fa-

voráveis à manutenção do trabalho realizado e os 24% que defendem mudança completa.

Para as campanhas, o dado impõe uma calibragem de discurso porque uma defesa pura da continuidade pode ser insuficiente para Daniel diante de um eleitor que cobra correções, enquanto uma oposição baseada exclusivamente

na ruptura também corre o risco de encontrar resistência entre aqueles que reconhecem aspectos positivos do atual ciclo. Marconi e Wilder precisam oferecer mudança sem necessariamente negar tudo o que veio antes.

A distância entre os 69% que consideram que Caiado merece eleger um sucessor e os 37% que hoje

declaram voto em Daniel reforça essa zona de disputa. Da mesma maneira, os 37% que preferem um governador aliado de Flávio Bolsonaro não se traduzem automaticamente nos 12% de Wilder. As duas diferenças mostram que identificação política e intenção de voto ainda não caminham juntas para parcelas importantes do eleitorado.

É nesse intervalo que a campanha tende a se intensificar: Daniel tentando transformar aprovação e continuidade em escolha pelo seu nome, Marconi buscando convencer o eleitor a reavaliar seu passado e Wilder trabalhando para converter um campo ideológico favorável em reconhecimento e voto.

Eleições 2026

Daniel Vilela chega a 45%

e amplia vantagem na disputa pelo governo

Pesquisas Real Time Big Data e Quaest, divulgadas na quinta e na sexta-feira, mostram governador consolidado na liderança; emedebista vence adversários nas simulações de segundo turno com até 38 pontos de frente

» Da Redação

Dois pesquisas divulgadas nesta semana mostram a consolidação da vantagem do governador Daniel Vilela (MDB) na disputa pelo governo de Goiás. Encomendado pela TV Anhanguera, a pesquisa Quaest, divulgada na quinta-feira (27), mostra o emedebista com 37% das intenções de voto no cenário estimulado. Na sexta-feira (28), a Record TV Goiás divulgou a pesquisa Real Time Big Data, que confirmou a liderança de Daniel.

No cenário estimulado, Daniel aparece na Real Time Big Data com 45% das intenções de voto, seguido pelo ex-governador Marconi Perillo (PSDB), com 22%. Wilder Moraes (PL) registra 17%, e Luís César Bueno (PT), 6%. Dani-



Daniel Vilela chega a 45% e amplia vantagem na disputa pelo governo, aponta Real Time Big Data

lo Pinheiro (PCO) e Luciana Amorim (UP) não pontuaram. Brancos e nulos somam 4%, e outros 6% não souberam ou não responderam.

Na rodada anterior, divulgada em 9 de julho, Daniel tinha 43%, enquanto Marconi marcava 26%, Wilder, 16%, e Luís César, 5%. Em um mês, Daniel cresceu dois pontos e

ampliou de 17 para 23 pontos percentuais a vantagem sobre o tucano, que recuou quatro pontos.

No levantamento espontâneo, Daniel também lidera, com 19%. Marconi aparece com 8%, Wilder com 6%. Outros candidatos somam 4%, brancos e nulos, 8%, e 55% não souberam ou não responderam.

Segundo turno

A Real Time Big Data novamente simulou cenários de segundo turno em Goiás. Daniel venceria Marconi por 57% a 28%, uma diferença de 29 pontos. Contra Wilder, o governador teria 56%, diante de 30% do senador.

Em julho, Daniel aparecia com 55% contra 29% de

Marconi, vantagem de 26 pontos. Agora, a diferença aumentou para 29 pontos. Contra Wilder, Daniel tinha 54% e o adversário 28%; na nova rodada, os percentuais passaram para 56% e 30%, respectivamente, mantendo a vantagem em 26 pontos.

Rejeição

Marconi segue com o maior índice de rejeição, com 42%, seguido por Wilder, com 37%, Luís César Bueno, com 33%, e Daniel, com 29%. Danilo Pinheiro tem 24% e Luciana Amorim.

A Real Time Big Data ouviu 1.600 eleitores entre os dias 24 e 27 de agosto. O levantamento tem 95% de confiança e margem de erro de aproximadamente 2 pontos percentuais, para mais ou para menos. O levantamento foi registrado no TSE com o protocolo GO-00954/2026.

Quaest mostra Daniel com 17 pontos de vantagem sobre adversários

O governador e candidato à reeleição Daniel Vilela (MDB) consolidou a liderança na disputa pelo Governo de Goiás e abriu 17 pontos de vantagem sobre o segundo colocado, segundo pesquisa Quaest divulgada nesta quinta-feira (27/8). Encomendado pela TV Anhanguera, o levantamento mostra o emedebista com 37% das intenções de voto no cenário estimulado, contra 20% do ex-governador Marconi Perillo (PSDB) e 12% do senador Wilder Moraes (PL).

O ex-deputado Luis Cesar Bueno (PT) aparece com 4%, enquanto Luciana Amorim (UP) e Danilo Pinheiro Evangelista da Silva (PCO) não pontuaram. Outros 7% afirmam que pretendem votar em branco, anular ou não votar, e 20% estão indecisos. A pesquisa também aponta que 58% dos eleitores consideram definitiva a escolha do candidato, enquanto 42% admitem que ainda podem mudar de voto

até as eleições de 4 de outubro.

Na comparação com a rodada anterior da Quaest, divulgada em 30 de julho, Daniel Vilela manteve os 37% das intenções de voto, enquanto Marconi Perillo recuou de 21% para 20% e Wilder Moraes oscilou de 11% para 12%. Com isso, a vantagem do emedebista

sobre o segundo colocado passou de 16 para 17 pontos percentuais. Luis Cesar Bueno também oscilou de 3% para 4%, enquanto Luciana Amorim permaneceu sem pontuar.

Na pesquisa espontânea, quando os entrevistados não recebem a lista de candidatos, Daniel também apa-

rece na liderança, com 17%. Marconi é citado por 4% e Wilder, por 3%. Outros nomes somam 1%, enquanto 1% declara voto branco, nulo ou que não pretende votar. A parcela de indecisos na espontânea é de 74%.

A vantagem de Daniel cresce nas duas simulações de

segundo turno. Contra Marconi, Daniel chega a 53%, ante 28% do tucano, uma diferença de 25 pontos percentuais. Em um eventual confronto com Wilder, o emedebista alcança 56%, enquanto o candidato do PL registra 18%. Nesse cenário, a vantagem de Daniel sobe para 38 pontos.

Rejeição

A Quaest também mediu a rejeição dos candidatos. Marconi apresenta o maior índice entre os principais nomes da disputa: 49% dos entrevistados afirmam que conhecem o tucano e não votariam nele. Daniel registra 23% e Wilder, 22%.

A Quaest ouviu 804 eleitores com 16 anos ou mais entre os dias 23 e 26 de agosto. A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número GO-06186/2026.



Pesquisa Quaest/TV Anhanguera mostra Daniel Vilela com 37% das intenções de voto

Fotos: Divulgação MDB

Obra

Prefeitura de Goiânia avança na canalização do Córrego Cascavel

Intervenção contempla 1,2 quilômetro de canalização entre as avenidas Castelo Branco e Padre Wendel

» Da Redação

A Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (Seinfra), avança na execução da obra de canalização do Córrego Cascavel, no trecho entre as avenidas Castelo Branco e Padre Wendel, no Setor Campinas. Após a concretagem da estrutura entre as avenidas Anhanguera e 24 de Outubro, neste sábado (29/8), a Avenida Padre Wendel será interditada para construção de bueiro do córrego.

A interdição da Avenida Padre Wendel, que começa neste sábado, pode durar até 90 dias. Atualmente, a obra de canalização do córrego está em 19,66% de execução. Quando completa, a série de intervenções de canalização do Córrego Cascavel terá 1,2 quilômetro no trecho entre as avenidas Castelo Branco e Padre Wendel.

O secretário de Infraestrutura Urbana, Francisco Lacerda, destaca: “As equipes realizaram a execução da galeria em concreto armado, composta por laje de 12 metros de largura, quatro metros de

altura e paredes com 40 centímetros de espessura. Ao todo, será implantado 1,2 quilômetro de canalização, que amplia a capacidade de escoamento das águas pluviais e reduz os riscos de erosões e alagamentos na região de Campinas.”

O diretor de supervisão de obras, Rogério Lecomte, explica que a intervenção trará melhorias na drenagem da região. “A estrutura foi dimensionada para aumentar a vazão do córrego e garantir maior estabilidade às margens. A conclusão da obra contribuirá para reduzir os impactos provocados pelas chuvas,” pontuou.

Na ocasião da assinatura do contrato para a execução da obra, o prefeito Sandro Mabel afirmou: “A obra vai evitar pontos de inundação, resolver retenções de água e abrir caminho para, no futuro, integrar à Marginal Cascavel, que é uma via estratégica para Goiânia. Nossa gestão tem trabalhado em um amplo programa de obras de drenagem e mobilidade, preparando a cidade para crescer de forma planejada e segura.”

Interdição

“Neste momento, as equipes trabalham na execução das lajes e paredes da



A interdição da Avenida Padre Wendel que começa neste sábado (29/8) pode durar até 90 dias

estrutura de canalização e iniciaram os serviços de terraplanagem”, afirma o secretário de Infraestrutura, Francisco Lacerda. Segundo a Seinfra, a construção de estruturas de drenagem e adequações de bueiros tem objetivo de melhorar o escoamento de água e contribuir para a prevenção de erosões na região.

De acordo com a superintendente de obras e serviços de infraestrutura, Flávia Ribeiro Dias, a intervenção é necessária para a segurança de quem trafega no Córrego Cascavel. “É uma obra importante para melhorar a drenagem e dar mais segurança à região. As equipes vão trabalhar para concluir essa etapa no menor prazo possível”, ressaltou.

Rotas

Durante os serviços, será necessário fechar a avenida no trecho da obra para garantir a segurança dos trabalhadores e dos motoristas. A orientação é que os condutores utilizem rotas alternativas

durante o período de interdição. “Os motoristas que utilizam a Avenida Padre Wendel terão a possibilidade de seguir pelas rotas alternativas indicadas nos dois sentidos, utilizando as vias do entorno para desviar do trecho interditado e continuar o percurso”, afirma o diretor da Secretaria de Engenharia de Trânsito, Luís Tiago.

No sentido Leste, os condutores deverão sair da Avenida Padre Wendel, virar à esquerda na Avenida São Clemente e seguir pela Avenida Santo Afonso e pela Rua das Laranjeiras. Depois, deverão acessar a Avenida Senador Moraes Filho e continuar pela Avenida Sergipe. No sentido Oeste, os motoristas deverão sair da Avenida Sergipe, entrar à direita na Avenida José Hermano, seguir pela Rua das Laranjeiras e pela Avenida Santo Afonso, virar à esquerda na Avenida São Clemente e retornar à Avenida Padre Wendel. Nos trechos em que as rotas se encontram, o tráfego funcionará nos dois sentidos.



Com 40% dos serviços concluídos, Comurg intensifica limpeza no Córrego Cascavel

A Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg) já executou 40% da limpeza prevista para esta etapa do Córrego Cascavel. O trabalho continua pelos próximos dez dias, com uma equipe de aproximadamente 18 profissionais mobilizada para a retirada de resíduos e a manutenção das margens e do leito do manancial.

Ao todo, a etapa contempla cerca de dez quilômetros do Córrego Cascavel, com atuação em diferentes pontos

das regiões atendidas. O serviço tem caráter preventivo e busca preparar o córrego para o período chuvoso, com a retirada de materiais que possam comprometer o escoamento da água.

As equipes priorizam a roçagem do mato alto nas margens e a retirada de lixo acumulado dentro do leito, principalmente nas proximidades das pontes. Um dos pontos de atenção é a região da Avenida T-9, no Jardim América, onde os trabalhado-

res atuam na remoção de resíduos acumulados e na limpeza das margens.

Ação preventiva antes das chuvas

A limpeza antecipada do córrego faz parte das ações de prevenção da Comurg para o período chuvoso. A retirada de resíduos e da vegetação excessiva ajuda a manter o leito livre e favorece o fluxo da água durante as chuvas.

O córrego passa pelos setores Vila Rosa, Jardim Amé-



Serviços realizados às margens do Córrego Cascavel

rica, Bairro Anhanguera, Setor Novo Horizonte e Jardim Planalto. As equipes permanecem

em campo pelos próximos dez dias até a conclusão do trecho programado para esta etapa.

ESCOLA

Goiás recupera aprendizagem após pandemia, mas desafio agora é chegar a quem ficou para trás

Ideb 2025 mostra avanço no ensino fundamental e estabilidade no ensino médio; especialistas defendem olhar além da média para medir se a recomposição está funcionando

» Dhayane Marques

A pandemia de Covid-19 provocou uma ruptura no processo de escolarização que ultrapassou o período em que as escolas permaneceram fechadas. A interrupção das aulas presenciais alterou rotinas, comprometeu vínculos com a escola, ampliou desigualdades e deixou marcas sobre a aprendizagem de milhões de estudantes. Cinco anos depois do início da crise sanitária, a educação brasileira ainda enfrenta o desafio de recuperar o que foi perdido e, sobretudo, de garantir que a defasagem não se transforme em uma marca permanente na trajetória escolar.

O debate sobre como enfrentar esse passivo educacional ganhou espaço no VI Seminário Internacional de Gestão Educacional, promovido pelo Instituto Unibanco, em torno do tema “Recompôr Aprendizagens, Ampliar Futuros”. O encontro colocou a re-

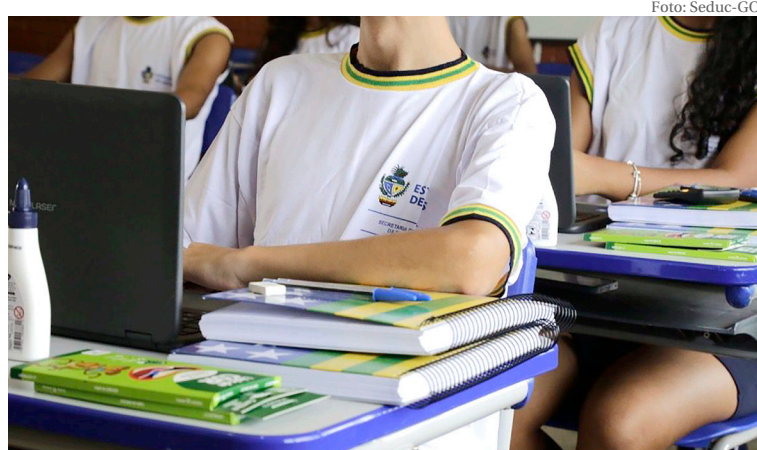


Foto: Seduc-GO

Goiás recupera indicadores educacionais após a pandemia, mas ainda enfrenta o desafio de recompôr aprendizagens

composição no centro de uma discussão mais ampla sobre os desafios estruturantes da educação brasileira e sua relação com currículo, avaliação, gestão e qualidade do ensino.

A discussão ocorre em um momento particularmente estratégico para a política educacional. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) volta ao centro do debate diante das discussões eleitorais e do processo de revisão previsto para 2027. Ao mesmo tempo, os novos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) ofere-

cem uma fotografia sobre o desempenho das redes depois de anos marcados pelos efeitos da pandemia.

A discussão ocorre paralelamente à divulgação de novos indicadores educacionais e ao esforço nacional para organizar políticas específicas de recomposição. Um dos principais retratos desse movimento está no Diagnóstico das Ações pela Recomposição das Aprendizagens, estudo realizado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Instituto Unibanco.

Em um país atravessado por desigualdades socioeconômicas, raciais, territoriais, de gênero e relacionadas à deficiência, recompôr aprendizagens significa mais do que recuperar conteúdos que deixaram de ser ensinados ou aprendidos. A agenda envolve identificar quais habilidades foram comprometidas, quais estudantes foram mais afetados e quais estratégias podem impedir que as lacunas acumuladas durante a pandemia continuem determinando o percurso escolar.

O levantamento de novos indicadores educacionais é considerado um dos primeiros esforços nacionais para mapear como estados, Distrito Federal e capitais estão estruturando políticas de recomposição. A pesquisa reuniu informações qualitativas e quantitativas de 41 redes de ensino, a partir de questionários respondidos por técnicos e gestores das Secretarias de Educação.

Mais do que identificar quais redes possuem programas, o diagnóstico pro-

curou entender como essas políticas estão organizadas, quais concepções orientam as ações e quais são os principais obstáculos para transformar a recomposição em política educacional permanente.

Os resultados mostram que não existe uma única compreensão sobre o que significa recompôr aprendizagens. Algumas redes concentram esforços na recuperação das perdas acumuladas durante a pandemia. Outras tratam a agenda como uma oportunidade para reorganizar a política educacional e fortalecer a garantia do direito à aprendizagem.

Para Ricardo Henriques, superintendente-executivo do Instituto Unibanco, as diferentes formas de entender a recomposição influenciam diretamente as políticas adotadas pelas redes. “Não existe uma única compreensão sobre o que significa recompôr aprendizagens”, afirma. Segundo ele, enquanto algumas redes priorizam a recuperação das perdas acumuladas, outras tratam a agenda como uma oportunidade de fortalecer o direito à educação.

O diagnóstico também identificou uma tendência de ampliação do uso de avaliações diagnósticas e do monitoramento da aprendizagem. O problema, segundo o estudo, está menos na produção de dados e mais na capacidade de transformar essas informações em decisões pedagógicas.

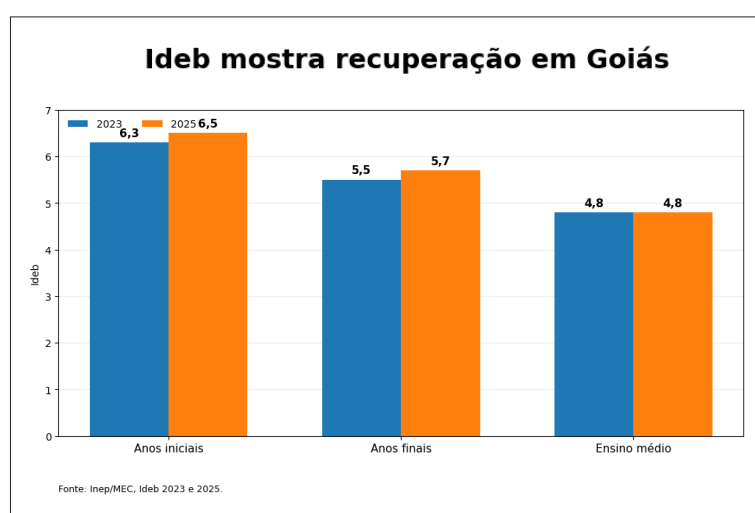
Essa é uma das questões centrais para Goiás.

Goiás recupera parte do terreno perdido

Os resultados do Ideb 2025 mostram que Goiás avançou nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. No conjunto das redes, o índice passou de 6,3 para 6,5 nos anos iniciais entre 2023 e 2025. Nos anos finais, subiu de 5,5 para 5,7. No ensino médio, permaneceu em 4,8.

Na rede pública estadual, o movimento também foi positivo: o Ideb passou de 6,1 para 6,4 nos anos iniciais; de 5,4 para 5,6 nos anos finais; e de 4,8 para 4,9 no ensino médio.

A trajetória é relevante porque permite observar o impacto da pandemia sobre uma série que já vinha apresentando crescimento. No ensino médio estadual, por exemplo, o índice saiu de 3,8 em 2015 para 4,7 em 2019, caiu para 4,5 em 2021, voltou a 4,8 em 2023 e chegou a 4,9 em 2025.



O movimento indica recuperação, mas não significa que todas as perdas tenham sido eliminadas.

A melhora também aparece no Saeb, avaliação que mede diretamente o desempenho dos estudantes.

No 5º ano, a proficiência de Goiás em Língua Portu-

guesa passou de 221,77 pontos em 2023 para 225,30 em 2025. Em Matemática, subiu de 231,62 para 236,10.

No 9º ano, a média em Português avançou de 269,09 para 272,08. Em Matemática, foi de 268,63 para 274,27.

No 3º ano do ensino médio, a proficiência em

Língua Portuguesa passou de 287,46 para 290,02. Em Matemática, aumentou de 284,64 para 291,06.

Goiás também ficou acima das médias nacionais nos resultados de 2025. No entanto, a recuperação não é exclusiva do Estado. O Ideb bra-

sileiro também cresceu entre 2023 e 2025. O cenário indica que houve uma retomada nacional da aprendizagem após os anos mais críticos da pandemia, mas também reforça a necessidade de analisar os resultados para além da posição de cada Estado no ranking.



O que mudou depois da pandemia?

A recuperação dos indicadores não responde sozinha à pergunta sobre a recomposição.

O Ideb combina duas dimensões: o desempenho dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e as taxas de aprovação calculadas a partir do Censo Escolar. Uma rede pode melhorar o índice porque elevou a aprendizagem, porque melhorou o fluxo escolar ou pela combinação dos dois fatores.

Já o Saeb permite observar a evolução da proficiência, mas também trabalha com médias.

É nesse ponto que José Francisco Soares, professor emérito da UFMG e ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), conhecido como Chi-

co Soares, faz uma ressalva importante.

Para ele, a média de uma rede pode esconder uma parcela significativa de estudantes que permanecem em níveis muito baixos de aprendizagem. “O estudante que está abaixo do básico precisa de atendimento imediato”, destaca Soares.

A crítica do professor não é ao uso do Ideb, mas à interpretação isolada do resultado. “Existe um problema sério de opacidade no indicador”, ressalta o ex-presidente do Inep.

Na avaliação do professor, uma média como 5,5 ou 6,0 não permite saber, sozinha, como os estudantes estão distribuídos dentro daquele resultado. É possível que uma parcela esteja muito acima do esperado enquanto outra permaneça muito abaixo.

Por isso, ele defende que as redes avancem no acompanhamento da trajetória dos estudantes. Para ele, observar a trajetória é fundamental para identificar quem efetivamente está aprendendo, quem permanece em situação de defasagem e quais estudantes precisam de intervenção mais imediata. “Eu defendo que a gente olhasse a trajetória do estudante. Eu preciso dizer para as pessoas: essa cidade que está com esse Ideb alto, como é que está a trajetória dos estudantes?”, questiona.

A provocação é particularmente importante para a recomposição. Se a política pública foi criada para enfrentar defasagens, o principal grupo a ser acompanhado não é apenas aquele que já apresenta bom desempenho, mas

justamente o estudante que permanece abaixo do nível esperado.

Diagnóstico precisa virar intervenção

O estudo realizado pelo MEC e pelo Instituto Unibanco chega a uma conclusão semelhante. Embora as redes estejam ampliando a produção de dados e utilizando avaliações para identificar dificuldades, ainda existe um desafio na transformação dessas informações em decisões pedagógicas.

A avaliação diagnóstica, portanto, só cumpre sua função quando o resultado chega à escola e altera o planejamento. Henriques defende que o intervalo entre avaliar e intervir seja reduzido. “Se eu tiver uma avaliação diagnóstica no início e uma somativa no

meio, consigo saber que evoluiu”, afirma.

Para ele, a avaliação precisa funcionar como instrumento de acompanhamento contínuo, e não apenas como uma fotografia do estudante em determinado momento.

O especialista também chama atenção para a velocidade da devolutiva. Quanto mais tempo uma rede demora para transformar o resultado da avaliação em informação útil para o professor, menor tende a ser sua capacidade de orientar uma intervenção ainda durante o processo de aprendizagem.

Nesse sentido, a tecnologia pode contribuir para acelerar a produção e a análise dos dados. Mas o desafio não é simplesmente avaliar mais. É usar melhor o que já está sendo avaliado.

Equidade ainda é o ponto mais difícil

O diagnóstico nacional também mostra que a equidade aparece como um princípio central nas políticas de recomposição. As redes reconhecem que estudantes foram afetados de maneira desigual pela pandemia e que grupos mais vulneráveis demandam maior atenção.

Na prática, entretanto, essa intenção ainda encontra dificuldades. A maioria das iniciativas mapeadas apresenta caráter universal, voltado para todos os estudantes. Ações focalizadas nos grupos com maiores defasagens aparecem de forma menos estruturada.

É uma contradição importante. Uma política universal pode garantir que toda

a rede receba apoio, mas não necessariamente significa que todos os estudantes receberão o mesmo tipo de intervenção. Quem perdeu mais precisa, em muitos casos, de mais apoio. Para Henriques, esse é um dos pontos que definem a maturidade da política.

A recomposição não pode ser apenas uma agenda para elevar médias gerais. Ela precisa enfrentar as desigualdades que determinam quem consegue aprender e quem permanece distante dos níveis esperados.

O Pacto Nacional

O diagnóstico do MEC e do Instituto Unibanco ocorre no contexto do Pacto

Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, política coordenada pelo Ministério da Educação para articular União, estados, municípios e Distrito Federal no enfrentamento das defasagens.

O Pacto trabalha com cinco eixos: currículo, avaliação, intervenções pedagógicas, formação e materiais. A proposta é que a recomposição deixe de ser uma ação pontual de recuperação e passe a integrar a organização da política educacional.

A plataforma nacional registra 17 unidades federativas, 3.335 municípios, 28.725 escolas, 428.250 profissionais e 3.262.684 estudantes cadastrados. Entre os estudan-

Pacto Nacional em números

- 17 unidades federativas
- 3.335 municípios
- 28.725 escolas
- 428.250 profissionais
- 3,26 milhões de estudantes cadastrados

- 79% dos estudantes previstos responderam a pelo menos um caderno de avaliação.



Fonte: Ministério da Educação, Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens.

tes previstos para avaliação, 2.669.512 responderam a pelo menos um dos cadernos, equivalente a 79%.

Goiás tenta transformar dado em política pedagógica

Em Goiás, a Secretaria de Estado da Educação (SE-DUC) estruturou uma Política de Recomposição e Ampliação das Aprendizagens que envolve avaliação, acompanhamento, formação e intervenção.

A estratégia prevê atuação de gestores, tutores educacionais e assessores pedagógicos e busca estabelecer uma cadeia de acompanhamento entre Secretaria, regionais e escolas.

Em fevereiro, mais de 1,3 mil gestores escolares, tutores educacionais, assessores pedagógicos e equipes técnicas participaram do 8º Encontro Formativo de Gestores Escola-

res, que teve como um dos focos a implementação da política de recomposição em 2026.

A proposta inclui instrumentos de monitoramento, priorização de habilidades essenciais e uso de dados para orientar decisões.

A estrutura está alinhada aos principais pontos identificados no diagnóstico nacional: fortalecer a governança, qualificar o uso das avaliações e transformar dados em ações concretas.

Mas a efetividade depende do que acontece depois que o dado chega à escola.

É necessário saber se o professor recebeu a infor-

mação, se conseguiu identificar a dificuldade, se recebeu formação ou apoio para intervir e, principalmente, se o estudante avançou.

A pergunta que fica

Os resultados de 2025 permitem afirmar que Goiás está em trajetória de recuperação.

O Estado melhorou o Ideb em etapas importantes e registrou crescimento da proficiência em Português e Matemática. O desempenho permanece acima das médias nacionais.

Mas seria precipitado transformar esse avanço em uma conclusão definitiva sobre a recomposição.

Os dados mostram recuperação dos indicadores. Não mostram, sozinhos, que todos os estudantes recuperaram as aprendizagens perdidas durante a pandemia.

É por isso que o debate apresentado no VI Seminário Internacional de Gestão Educacional ganha importância. Recompôr não significa simplesmente fazer o estudante voltar ao ponto em que estava antes de 2020. Significa identificar as lacunas que permanecem, agir sobre elas e acompanhar a evolução ao longo da trajetória escolar.

O estudo do MEC e do Instituto Unibanco mostra que

as redes brasileiras avançaram na institucionalização dessa agenda, mas ainda precisam amadurecer a capacidade de transformar dados em intervenção e intenção de equidade em ações direcionadas aos estudantes que mais precisam.

Chico Soares coloca o desafio em outra perspectiva: olhar menos para a fotografia e mais para o percurso.

Henriques acrescenta a necessidade de transformar avaliação em ação. E os dados de Goiás mostram que existe uma recuperação em curso.

Agora, a etapa mais difícil é provar que ela chegou a quem mais precisava.



Ídolo completa 400 jogos com camisa esmeraldina

Na partida contra o São Bernardo, o goleiro Tadeu completou a marca de 400 jogos defendendo as cores do Goiás. O ídolo esmeraldino, de 34 anos, voltou ao time titular depois de se recuperar de uma fratura na tibia e ficar cerca de noventa dias em tratamento. Desde quando foi contratado pelo Goiás, em 2019, Tadeu conquistou o carinho do torcedor esmeraldino e se tornou titular absoluto no gol da equipe alviverde. Foram raras as ausências, algumas vezes por opção do treinador e também por causa de uma le-

são no braço em 2023. Com 400 jogos com a camisa do Goiás, Tadeu já superou nomes como Amaral (373 jogos), Josué (386) e Araújo (391). Ernando, que vestiu a camisa do Goiás em 405 oportunidades, em breve também será superado por Tadeu. O ex-goleiro Harlei é o jogador que mais jogou pelo time esmeraldino, vestindo o manto alviverde em 831 jogos.

Tadeu não completou a marca de 400 jogos antes por causa da fratura que sofreu na tibia em maio, no jogo de volta da 3ª fase da Copa do Brasil contra o Cruzeiro, no Minei-

rao. O jogador não atuou nos 16 jogos seguintes, todos pela Série B do campeonato brasileiro. Esse foi o maior período de ausência do goleiro desde que foi contratado pelo Goiás. Tadeu voltou a ser relacionado para os jogos do Goiás em 15 de agosto, na derrota para o Criciúma por 1 a 0, jogo válido pela 22ª rodada e recuperou a titularidade duas partidas depois, no empate em 1 a 1 contra o Cuiabá na Arena Pantanal. Uma marca positiva que o goleiro defende é de nunca ter perdido um jogo daqueles considerados centenários.

Tadeu tem aproveitamento de 49,7% com o Goiás. São 160 vitórias, 115 empates e 124 derrotas. O atleta não sofreu gols em 146 jogos, conquistou dois títulos, a Copa Verde em 2023 e o Campeonato Goiano na atual temporada. Especialista em pênaltis, Tadeu defendeu 26 cobranças com a camisa esmeraldina. Além disso, marcou 13 gols, todos de pênaltis. Ainda nesta temporada, Tadeu deve se isolar como o segundo jogador com mais jogos disputados na história do Goiás. O goleiro esmeraldino enfrentou o Atlético Goianiense em 21 jogos, o Vila Nova em 18 oportunidades e o Cuiabá em 13 partidas. Foram 21 jogos pela Copa do Brasil, 14 pela Copa Verde, 91 em partidas do campeonato goiano, 142 pela



Fotos: Divulgação

Tadeu, 400 jogos com a camisa do Goiás

série A, 122 pela série B e nove jogos válidos pela Copa Sul-Americana.

Michel Alves, o "bombeiro" que apaga incêndios no Goiás

Michel Alves não é só Diretor de Futebol no Goiás. Está presente em todos os momentos do clube. Atua onde outros dirigentes deveriam estar presentes. Por isso, muitas vezes deixa suas funções de Diretor de Futebol para apagar incêndios, que atualmente são muitos no cotidiano da vida esmeraldina. O dirigente cuida da insatisfação de jogadores e funcionários administrativos pelo atraso no pagamento de salários, administra a instalação de crises no elenco e ameaças de paralisação na equipe de trabalhadores. Interfere junto à diretoria financeira para priorizar o pagamento dos menores salários e trabalha intensamente na busca de soluções para as dificuldades financeiras do clube.

Sem deixar de lado o time de futebol, suas carências e as possibilidades para a contratação de reforços. Michel Alves sabe da importância da volta do Goiás à elite do futebol brasileiro, por isso, mesmo sem dinheiro no caixa, continua mantendo contatos com jogadores que possam vir para



Michel Alves, acúmulo de funções na diretoria do Goiás

o Goiás, no momento certo. Em entrevista à Rádio Bandeirantes na última quarta-feira, Michel Alves falou tudo sobre o atual momento vivido pelo Goiás, as dificuldades financeiras, as possíveis soluções e o momento do time no campeonato brasileiro da Série B.

Michel revelou que o Goiás quitou todas as pendências com os funcionários de salários mais baixos. No entanto,

o elenco de jogadores ainda possui uma folha de CLT e duas de direito de imagem em atraso. O dirigente elogiou a postura do elenco de jogadores, que concordou em priorizar o pagamento dos funcionários. Michel Alves defendeu o técnico Mozart Santos, em suas decisões de improvisar jogadores e em suas escolhas no momento de realizar substituições nas partidas. Enquanto o treinador tem sido muito criticado pela torcida e parte da imprensa, Michel Alves prefere dizer que o técnico às vezes enfrenta problemas que não são de conhecimento de quem está vendo a equipe à distância.

O dirigente disse ainda que em função do teto orçamentário e à responsabilidade financeira para evitar o agravamento da crise, o clube optou pelo encerramento de novas contratações. O atacante Felipe Clemente deve ser o último reforço para o restante da competição. Mas Michel Alves ressaltou que a volta do meia atacante Wellington Rato, do goleiro Tadeu e do volante Lucas Rodrigues, darão ao treina-

dor Michel Alves as condições que ele precisa para montar um time competitivo e buscar a classificação entre os seis melhores da competição. Embora reconheça o momento delicado do time esmeraldino na série B, o dirigente afirmou que o acesso ainda é um objetivo viável. Ele também reforçou que prefere ser transparente com a torcida, mesmo diante dos momentos difíceis vividos pelo Goiás Esporte Clube.

Repercussão e críticas

A entrevista de Michel Alves à Rádio Bandeirantes gerou uma forte onda de críticas e cobranças por parte da imprensa e da torcida esmeraldina, agravando o clima de insatisfação com o momento vivido pelo Clube na série B. Os principais pontos de contestação giram em torno da falta de cobrança interna, pela ausência dos demais dirigentes na vida da agremiação alviverde, do entendimento de que somente a volta à primeira divisão do futebol brasileiro poderá tirar o Goiás dessa situação, e da falta de um projeto consistente para

tirar o Goiás dessa situação caótica, tanto no cenário financeiro como no futebol.

Críticos presentes na entrevista fizeram duras observações ao Diretor de Futebol Michel Alves, que, segundo eles, protege em demasia o treinador em suas escolhas equivocadas, improvisações excessivas e a baixa utilização dos reforços recentemente contratados. Nas redes sociais, o tom dos torcedores foi de indignação e desespero em relação ao futuro do Goiás. A torcida não quer esperar, exige a demissão do técnico Mozart Santos e manifesta grande desconfiança em relação ao trabalho de Michel Alves, chamando o planejamento de "frouxo", por não adotar medidas drásticas no comando técnico. Outro ponto bastante criticado pelos analistas esportivos foi a tentativa do dirigente em manter um discurso otimista sobre o acesso à série A. O Goiás não pode vender uma esperança ao torcedor que não poderá cumprir, disseram os comentaristas e os torcedores nas redes sociais.

✓ Ao empatar na noite de ontem (quarta-feira) com o São José em Porto Alegre em 0 a 0, o Goiatuba leva para o estádio Divino Garcia Rosa a decisão da vaga por um lugar na série C de 2027. Na partida de volta, o "Azulão do Sul" precisa apenas de um empate para obter o acesso.

✓ O Goiatuba superou a pressão do "Zequinha", como é carinhosamente chamado por seu torcedor, e saiu de campo com o placar em branco, como era o objetivo da equipe goiana na partida. Com o empate, a definição de uma das vagas para o acesso à série C em 2027 acontecerá na próxima quarta-feira (02 de setembro) em Goiatuba.

✓ Pela Divisão de Acesso do campeonato goiano, o Rio

Verde perdeu a segunda partida consecutiva e caiu para a terceira colocação na tabela de classificação. O Verdão do Sudoeste foi derrotado pelo Goiânia por 1 a 0, jogo realizado no estádio Aníbal Batista de Toledo, em Aparecida de Goiânia.

✓ O único gol da partida foi marcado por Ygor, aos 42 minutos do primeiro tempo, numa falha do goleiro Clériston. Além de tirar o Rio Verde do G2 pela primeira vez na competição, o Goiânia encerrou uma sequência de cinco jogos sem vencer em casa.

✓ Enquanto o Rio Verde caiu para a terceira posição, o Goiânia sobe para a quinta colocação, com 12 pontos

ganhos. O Bom Jesus é o líder da Divisão de Acesso, com 18 pontos conquistados, seguido pelo Goianésia com 17 pontos ganhos.

✓ O torcedor do Vila vive momentos de oscilação de suas emoções neste momento da série B. Às vezes, a euforia pela excelente campanha realizada até aqui, outras vezes, o fantasma dos fracassos dos últimos anos, quando o time perdeu forças nas rodadas finais do campeonato.

✓ Acabou o encanto do Esporte Clube Rio Verde na Divisão de Acesso? Depois de liderar a competição de forma invicta, o time do sudoeste perdeu dois jogos seguidos e deixou a liderança nas mãos do Bom Jesus.